

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

Murilo Ferraz Paulino

**A MARINHA BRASILEIRA E A VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA SOB  
AS PERSPECTIVAS DE ADOLFO CAMINHA E SALDANHA DA GAMA (1886–  
1895)**

UBERLÂNDIA-MG

2023

MURILO FERRAZ PAULINO

**A MARINHA BRASILEIRA E A VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA SOB  
AS PERSPECTIVAS DE ADOLFO CAMINHA E SALDANHA DA GAMA (1886–  
1895)**

Monografia apresentada ao Instituto de História da  
Universidade Federal de Uberlândia, como parte  
das exigências para a obtenção do título de  
licenciatura e bacharelado em História. Feita sob a  
orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Flávia Cernic Ramos

Uberlândia, 28 de junho de 2023.

UBERLÂNDIA-MG

2023

MURILO FERRAZ PAULINO

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Flávia Cernic Ramos  
Orientadora, Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Magalhães da Silveira  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Gustavo de Souza Oliveira  
Universidade Federal de Uberlândia

UBERLÂNDIA-MG

2023

PAULINO, Murilo Ferraz. A Marinha brasileira e a violência institucionalizada sob as perspectivas de Adolfo Caminha e Saldanha da Gama (1886–1895). – Uberlândia, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos

Monografia (Licenciatura e Bacharelado) Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Palavras-chave: Marinha; Adolfo Caminha; Saldanha da Gama.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais e avó por terem me incentivado desde criança a estudar, independente de qual área fosse, e a prosseguir nos estudos para além da educação básica. Também queria agradecer a minha irmã, Isadora, pelo apoio nos últimos anos nas minhas escolhas. Em momentos de indecisão, ela foi essencial para que eu vislumbrasse caminhos que a minha visão não conseguia enxergar na minha vida pessoal e acadêmica. Ainda da minha terra, assim como a minha família, o meu obrigado à Júlia, que sempre esteve presente, mesmo à distância depois que seguimos para cidades distintas com o fim do ensino médio, em minhas decisões.

Durante a graduação, muitas foram as pessoas, incluindo aquelas para além do curso de história, com quem eu tive o prazer de trocar experiências e incentivos para prosseguir nesse contexto político e social conturbado em que vivemos nos últimos anos. Entre elas, um obrigado ao Jonnas, ao Vinícius, à Mylenna, à Débora, à Ana Clara, ao Henrique, à Nathalia e, mais no fim da graduação, à Lara. Foram muitos surtos e vitórias compartilhados com todos esses(as) queridos(as) e que definitivamente me deram força para me sentir menos sozinho na versão do multiverso em que vivemos.

Do instituto, é essencial um agradecimento ao professor Gustavo Oliveira, durante o contexto pandêmico, apesar das adversidades enfrentadas, a sua orientação na Residência Pedagógica e nas matérias de ensino de história me deram ânimo para buscar aprofundar as minhas práticas de ensino-aprendizagem e a ter algo a celebrar em um momento em que mal havia o que se comemorar. Você realmente me ajudou a construir o ideal de professor que eu quero ser para os meus alunos.

Também gostaria de agradecer à professora Daniela Silveira por todas as aulas que tivemos sobre história, literatura e imprensa (acho difícil alguém bater o número de matérias que fiz contigo), você foi essencial para descomplicar e incentivar a pesquisa em história para mim em momentos nos quais eu estava desanimado ou confuso sobre os rumos que eu estava tomando na graduação.

Por fim, gostaria de agradecer à Ana Flávia, a minha orientadora, pelo incentivo em pesquisar e a expandir o que eu vinha fazendo nos últimos anos. Sou muito grato pela paciência comigo e por todos os ensinamentos diretos e indiretos que pude ter com a sua orientação na pesquisa desenvolvida desde o início da graduação e com as matérias que fiz contigo, muito obrigado! Sinto que ainda tenho muito a aprender e a melhorar, mas sei que, ao menos um pouquinho, eu pude evoluir em comparação ao Murilo do início da graduação que você deu a

chance de orientar. Você e a Daniela são as minhas inspirações do profissional que eu quero ser um dia em relação à pesquisa de história.

## **RESUMO**

Esta monografia tem como objetivo estudar a Marinha brasileira por meio das percepções críticas de Adolfo Caminha e Saldanha da Gama em três diferentes fontes: o livro *No País dos Ianques* (1894), de Caminha, um relatório de Gama publicado na *Revista Marítima Brasileira* em 1888 e, finalmente, no romance *Bom Crioulo* (1895). As primeiras duas fontes relatam uma viagem feita em 1886 pela organização militar brasileira para os Estados Unidos em prol de formar os aspirantes ao oficialato. Com perspectivas diferentes sobre temas em comum, elas contêm as marcas da escrita e do ponto de vista do então formando na Marinha, Adolfo Caminha, e do comandante da embarcação, Saldanha da Gama. Em *Bom Crioulo*, Caminha volta a explorar os temas do cotidiano da Marinha no formato ficcional. Utilizando-se destas fontes, este trabalho pretende compreender a percepção de diferentes membros da Marinha brasileira acerca do dia a dia de trabalho, marcado, entre outras coisas, por uma violência institucionalizada. A proposta é compreender melhor como esses sujeitos de dentro da instituição entendiam essa realidade de trabalho e sob quais justificativas os castigos físicos se sustentavam na instituição.

**Palavras-chave:** Marinha; Adolfo Caminha; Saldanha da Gama.

## **ABSTRACT**

This paper's main objective is to analyze the Brazilian Navy through the critical perceptions of Adolfo Caminha and Saldanha da Gama in three different sources: Caminha's book *No País dos Ianques* (1894), a report by Gama published in *Revista Maritima Brasileira* in 1888 and, finally, in the novel *Bom Crioulo* (1895). The first two sources relate a trip made in 1886 by the Brazilian military organization to the United States to train aspiring officers. With different perspectives on common themes, they bear the marks of the writing and point of view of the then Navy trainee, Adolfo Caminha, and the ship's commander, Saldanha da Gama. In *Bom Crioulo*, Caminha again explores the themes of the Navy's daily life in a fictional format. Using these sources, this work intends to understand the perception of different members of the Brazilian Navy about their daily work, marked, among other things, by institutionalized violence. The proposal is to better understand how these subjects from inside the institution understood this work reality and under which justifications physical punishments were sustained in the institution.

**Key-words:** Marinha; Adolfo Caminha; Saldanha da Gama

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. CAPÍTULO I: O COTIDIANO VIOLENTO NA MARINHA BRASILEIRA DAS DÉCADAS DE 1880 E 1890</b> .....	13
1.1 Mudanças na legislação disciplinar da Marinha.....	19
<b>2. CAPÍTULO II: DIFERENTES PERSPECTIVAS ACERCA DO COTIDIANO DE TRABALHO NA MARINHA: O CAPITÃO E O ASPIRANTE AO OFICIALATO (1886–1894)</b> .....	30
2.1 A viagem da Marinha brasileira aos Estados Unidos em 1886.....	30
2.2 O relato oficial de Saldanha da Gama na <i>Revista Marítima Brasileira</i> .....	31
2.3 O relato de viagem de Adolfo Caminha: <i>No País dos Ianques</i> .....	39
2.4 Contrapontos nos relatos de Saldanha da Gama e Adolfo Caminha acerca do cotidiano de trabalho.....	46
<b>3. CAPÍTULO III: “MARINHEIRO E NEGRO CATIVO, AFINAL DE CONTAS, VÊM A SER A MESMA COISA”: A VIOLÊNCIA NA MARINHA BRASILEIRA POR ADOLFO CAMINHA (1894–5)</b> .....	49
3.1 <i>No País dos Ianques e Bom Crioulo</i> : uma interpretação crítica do cotidiano de trabalho violento na Marinha brasileira.....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	63
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	65

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa de monografia teve a sua origem na minha primeira iniciação científica em que eu objetivei estudar o relato de viagem *No País dos Ianques*, 1894 e o romance *Bom Crioulo*, 1895, do autor Adolfo Caminha em diálogo com certos periódicos da imprensa carioca: *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* entre os anos de 1894 a 1895. A primeira obra se trata da análise de uma viagem feita pelo escritor em direção aos Estados Unidos pela Marinha brasileira em prol de se formar enquanto um oficial da instituição militar. A segunda é um romance naturalista em que acompanhamos o cotidiano de trabalho de um marinheiro negro e ex-escravizado que é libertado ao ser admitido na organização. Por meio de suportes diferentes, Caminha escreveu a sua perspectiva acerca da Marinha brasileira e tratou de assuntos como a violência disciplinadora pela qual os seus membros de baixa patente eram submetidos.

A minha segunda iniciação científica buscou investigar o relatório de Saldanha da Gama sobre a mesma viagem narrada em *No País dos Ianques*, mas na perspectiva de seu comandante. Diferente do livro de Caminha, lançado a um público-geral, o texto oficial do capitão foi escrito e publicado em uma revista militar, a *Revista Maritima Brasileira*. Um diálogo entre o texto dele e parte do resto da edição em que o relato oficial se encontra me ajudou a compreender como, apesar da legislação militar vigente proibindo os abusos na disciplinarização da marinhagem, os militares de alta patente da Marinha não tinham problema não só em praticar, mas também em divulgar entre seus pares os atos criminosos contra a liberdade e o corpo dos sujeitos de baixa patente.

A narrativa de viagem oficial de Saldanha da Gama se encontra no periódico *Revista Maritima Brasileira*, disponibilizado para acesso virtual na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.<sup>1</sup> Em teoria, este texto possui 8 partes que são chamadas de “anexos”, mas, na prática, 7 estão disponíveis. Por ser uma narrativa oficial, ela contém muitos trechos técnicos, por exemplo, acerca de gastos financeiros, do treinamento militar e do armamento da embarcação. Para além da parte técnica, esta fonte de Saldanha da Gama tem o potencial de me auxiliar na compreensão de reflexões e posicionamentos dele enquanto o comandante da viagem, acerca da Marinha de Guerra, os problemas da instituição, segundo ele, e as soluções possíveis, além de questões ligadas à hierarquia da instituição.

---

<sup>1</sup> GAMA, Saldanha da. Excertos dos anexos ao relatório. In: *Revista Maritima Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Comp. Ano 8, vol. 15, ns. 1 a 3, 1888, pp. 87-207. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/008567/132497>>. Último acesso em 16 out. 2021.

Para trabalhar com o outro relato, *No País dos Ianques*, eu utilizei a sua versão digitalizada e que se encontra no Internet Archive.<sup>2</sup> Pela falta de acesso ao periódico que originalmente publicou o texto<sup>3</sup>, a fonte utilizada será a edição publicada em livro no Rio de Janeiro, em 1894. Segundo consta no livro, a narrativa foi escrita no Ceará, em 1890.<sup>4</sup> Não consegui checar possíveis alterações entre a primeira e a segunda versão ou fazer um diálogo entre a fonte e o suporte onde foi publicada originalmente.

Ao estudar o romance *Bom Crioulo*, 1895, utilizei a edição integral de 2014 da editora Ateliê Editorial com glossário e prefácio da pesquisadora da área de Letras chamada Salete de Almeida Cara.<sup>5</sup> A fonte tem um grande potencial para me auxiliar a compreender o pensamento de Adolfo Caminha para além de ser um oficial que não apoiava o açoite na instituição e que, de forma genérica, era abolicionista.

O potencial do relato do romancista se deu pelo fato de que temos diversas situações cotidianas de marinheiros entre si, entre marinheiros e oficiais e, também, marinheiros e civis no decorrer de 12 capítulos. O livro, com seu protagonista negro e ex-escravizado, pode me ajudar a pensar a questão racial na Marinha, na perspectiva do autor, quais os problemas da instituição para além do castigo da chibata e como ele compreende a hierarquia da Marinha.

No capítulo 1, antes de adentrar nas fontes principais desta monografia nos capítulos 2 e 3, investiguei debates na imprensa brasileira acerca da violência disciplinadora em meio às discussões para o fim da pena do açoite aos escravizados condenados pela Justiça. O principal periódico utilizado para o supracitado fim foi a *Gazeta de Notícias* em diálogo com outros jornais paralelos em artigos que dialogavam em meio às mudanças e debates acerca da legislação que justificava os castigos na Marinha brasileira entre as décadas de 1880 a 1890. Para além das páginas dos militares Adolfo Caminha e Saldanha da Gama, tal violência não

---

<sup>2</sup> CAMINHA, Adolfo. *No País dos Ianques*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna. 1894. Disponível em <<https://archive.org/details/nopaizdos00camirich>>. Último acesso em 17 out. 2021.

<sup>3</sup> ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. Adolfo Caminha: os dramas da civilização. In: *Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo: a cidade e o campo na literatura naturalista cearense*. Dissertação de Mestrado – UFC, 2002, p 54. Segundo o historiador Manoel Alencar, o relato de viagem de Caminha foi publicado em 1890 em um jornal cearense chamado *Diário do Ceará*. O autor, ao estudar a fonte, utiliza uma versão em livro de 1979. Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, há um jornal chamado *Diário do Ceará: Folha Popular*. Ele tem 2 edições disponíveis no acervo, mas ambas são de anos posteriores à publicação original, em 1890, de *No País dos Ianques* no jornal. Acesso ao jornal: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-do-ceara/815020>> . Último acesso em 17 out. 2021. O biógrafo de Adolfo Caminha, Sânzio de Azevedo, diz que o texto foi publicado originalmente em 1890 no Ceará, como diz o historiador Manoel de Alencar, no entanto, dá o nome de um outro periódico: *O Norte*. Não consta edição alguma desse jornal cearense na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, apenas outros com o mesmo nome, mas de outros estados brasileiros. AZEVEDO, Sânzio de. *Adolfo Caminha: vida e obra*. Fortaleza: EUFC. 1999, p. 89.

<sup>4</sup> Adolfo Caminha, 1894, p. 179.

<sup>5</sup> CAMINHA, Adolfo. *Bom Crioulo*. Cotia, SP: Ateliê Editorial. 2014, 232p.

passou despercebida pelos redatores de então e foi criticada na *Gazeta de Notícias* e outros periódicos no passar dos anos.

No capítulo 2, investiguei no relatório de Saldanha da Gama e no relato de Adolfo Caminha acerca da mesma viagem da Marinha que os dois participaram o cotidiano de trabalho marcado pela violência institucionalizada e amparada pelo código militar de então. No caso do comandante, ele detalhou a rotina na embarcação de seu comando em vários aspectos em seu texto publicado na *Revista Marítima Brasileira*. No que tange à disciplinarização, não escondeu de seus pares militares os meios que buscou para educar a marinhagem, como a chibata, a palmatória e a prisão por solitária. Os seus métodos foram alvo de crítica por Caminha ao contar a sua versão do percurso em seu relato destinado ao público geral.

No capítulo 3, objetivei analisar o romance *Bom Crioulo* em comparação com *No País dos Ianques*, isto é, busquei compreender as diferentes maneiras como um mesmo autor, Adolfo Caminha, pôde explorar por meio de personagens ficcionais as vivências na Marinha brasileira entre marinheiros e oficiais da instituição na obra ficcional e com base em pessoas reais no texto narrando o trajeto aos Estados Unidos. Constatei, entre outras coisas, que para além de uma violência calcada pela disciplinarização, como o Saldanha no relato de Caminha, o comandante ficcional do romance tinha uma postura hipócrita ao aplicá-la em Amaro. Além disso, o autor pôde explorar meios diferentes pelos quais marinheiros poderiam escapar dos castigos diversos: entre eles, o comportamento submisso visando conseguir benefícios, além do fator racial para essa questão como no caso de Aleixo, um marinheiro branco, em comparação com Amaro, um negro. Foi possível, assim, segundo a perspectiva de Caminha, uma complexificação do cotidiano de trabalho e das relações ali estabelecidas entre a marinhagem e os oficiais da organização militar.

Por fim, os três capítulos visaram compreender a violência na Marinha brasileira durante o cotidiano de trabalho primeiramente por meio de discussões presentes em parte da imprensa carioca de então, que o autor Adolfo Caminha estava inserido. Assim como, durante as partes dois e três da monografia, nos escritos de quem vivenciou de forma compartilhada essa realidade durante o cotidiano de trabalho da instituição, isto é, o escritor supracitado e o comandante Saldanha da Gama.

## 1. CAPÍTULO I: O COTIDIANO VIOLENTO NA MARINHA BRASILEIRA DAS DÉCADAS DE 1880 E 1890

Durante o século XIX, a Marinha brasileira contava com uma legislação específica para os castigos que os comandantes tinham a seu dispor para disciplinar os militares. Ela era chamada de Artigos de Guerra. Marinheiros e oficiais poderiam ser punidos, mas os segundos só poderiam ser caso alguém com uma patente maior decidisse por isso e essas punições não incluíam aquelas que ferissem fisicamente o corpo. No momento de punir, havia uma diferença entre as chamadas “faltas disciplinares” e os “crimes”. As primeiras, tidas como “leves”, eram resolvidas na própria embarcação ou em um quartel da instituição, criando temporariamente o que o historiador Álvaro Pereira do Nascimento chama de “tribunal de convés”. Para isso, havia punições como o açoite, a prisão a ferros, golilha. Os segundos eram, em teoria, resolvidos em um julgamento externo com membros da Marinha de fora do local de trabalho do membro a ser julgado. Isso se dava em casos tidos como “graves”. Durante o processo, a pessoa sofria diversas consequências até a sentença: ficava preso; o tempo de serviço não era contado; perdia as “gratificações” de funções específicas que realizava.<sup>6</sup> Em teoria, entre as faltas disciplinares estavam os “atrasos de licença, não cumprimento dos deveres, brigas sem ferimentos, desordens nas ruas”. Já os crimes se enquadravam nos casos de “ferimentos, homicídio, deserção, insubordinação e outros, o comandante poderia interpretá-lo como faltas gravíssimas, ou crimes”.<sup>7</sup>

A forma de lidar com os comportamentos indisciplinados na Marinha brasileira dependia da interpretação do comandante com o apoio de outros oficiais. A análise desses casos se dava no “Conselho de Disciplina ou Investigação”, que Nascimento chama de “tribunal de convés”.<sup>8</sup> Ao comandante eram dadas ferramentas para manter a ordem da embarcação e isso incluía o controle do pessoal e das coisas materiais. Nesse sentido, os chamados “Artigos de Guerra” proporcionavam os meios para manter a disciplina do local de trabalho marítimo.<sup>9</sup> Para que um comandante fosse respeitado, Nascimento argumenta que ele precisava ser disciplinador. Isso, por outro lado, permitia que tais oficiais cometessem “barbaridades” em prol daquilo que chamavam de controle e disciplinarização dos militares.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: MAUAD X; FAPERJ, 2008, pp. 149–150.

<sup>7</sup> Idem, *Ibidem*, p. 149.

<sup>8</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 149-150.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, p. 150.

<sup>10</sup> Idem, *Ibidem*, p. 151.

Em 1895, o escritor e ex-membro da Marinha Adolfo Caminha publicou um romance intitulado *Bom Crioulo*. Nesta obra, seus personagens eram, em maioria, membros da Marinha brasileira e o seu protagonista, além de marinheiro, era um ex-escravizado que se juntou à instituição e conseguiu, no processo, a alforria. No decorrer da história, esse homem chamado Amaro foi julgado duas vezes por um tribunal de convés com o intermédio do comandante. Antes de passar pelo julgamento, ele

dormiu essa noite numa *sepultura* de ferro, espécie de *jaula estreita* e sem luz onde só cabia um homem. Trancado ali dentro, *imóvel*, porque os pés e as mãos estavam presos. [...] Eram onze horas. Tinha-se aberto a portada solitária e, *mesmo em jejum*, ele ia ser castigado. Faltava o comandante para se dar princípio à solenidade. [...] Apertava-lhe a boca uma *mordaça de ferro*. [...] Ergueu-se *trôpego, bambo*, os olhos como duas tochas, uma *equimose roxa na face*, porque adormecera com a cabeça no joelho em *posição de múmia indígena*. [...] Como da outra vez, na corveta, houve “mostra geral”, *a guarnição inteira formou à ré*, na tolda.<sup>11</sup>

Na trama ficcional, sem ter seu caso analisado pela maior liderança militar do navio, em que deveria ser decidida a punição, o marinheiro – protagonista da história, segundo a narrativa de Adolfo Caminha, sofria uma série de privações e violências, entre elas a restrição de liberdade em condições desconfortáveis para a integridade física de um homem. Por meio da ficção, o autor construiu uma crítica ao cotidiano de trabalho das embarcações marcado pela violência institucionalizada.

Entre os artigos disponíveis para cuidar da disciplina dos marinheiros, estava o de número 80, que tratava de faltas disciplinares como a “embriaguez” e os “jogos excessivos”. Além dessas faltas, o artigo tratava da punição de delitos que, em nenhuma parte dessa legislação, tinham sido referenciadas. Dessa maneira, a norma vigente abria brechas ao apontar delitos “semelhantes” aos já citados, mas sem dizer quais eram especificamente. O artigo citava também diferentes tipos de militares que poderiam ser punidos, mas, segundo ele, apenas os marinheiros e os soldados navais poderiam ser disciplinados por meio do açoite ou golpes de espada, desde que não se ultrapassasse o número de 25 por dia. Tal prerrogativa abria uma série de brechas para que uma pessoa fosse castigada por dias seguidos, desde que não se ultrapassasse o limite citado. No geral, segundo a lei, “Oficiais Marinheiros, Inferiores e Artífices” e a “Marinhagem e soldados” eram passíveis da golilha, ou seja, podiam ser presos no porão e ter a perda “da ração de vinho”.<sup>12</sup>

Nascimento argumenta que o castigo corporal na Marinha se dava por diversas razões, entre elas manter o controle do pessoal e o respeito às posições hierárquicas dentro dos navios.

---

<sup>11</sup> CAMINHA, Adolfo. *Bom Crioulo*. Cotia: São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, pp. 162–3, grifos meus.

<sup>12</sup> Idem, *Ibidem*, p. 151.

Caso contrário, a organização da embarcação poderia sair do esperado. O ensino à obediência, sem oposição, era já ensinado tanto no cotidiano de trabalho, quanto por meio da leitura da legislação da Marinha para os marinheiros, na Escola dos Aprendizes Marinheiros.<sup>13</sup> Outro objetivo do castigo era servir de exemplo para os marinheiros (“guarnição”) que então eram obrigados a assistir a sua aplicação. No entanto, ele deveria ser feito sem exageros. O tema era, entretanto, uma questão de divergência entre os oficiais, uns mais violentos que outros na aplicação dos corretivos. Esse tipo de punição na frente dos outros era uma prática desde o Antigo Regime, segundo Nascimento, pela realeza e seus representantes. O século XIX, dito das “luzes” vai querer superar os resquícios, inclusive judiciais, do Antigo Regime na era burguesa. O “castigo exemplar” é típico do Antigo Regime.<sup>14</sup>

O açoite era um castigo adaptável. Na prática, o número de pancadas dependia de uma série de fatores, como a estatura, a musculatura e a resistência do marinheiro. Além disso, ele era interrompido se o castigado implorasse e estivesse machucado pelos golpes. Tudo isso dependia do oficial no comando. Ele é quem dava início à cerimônia e tinha o poder de interrompê-la. Nascimento diz: “[...] a maior parte dos comandantes não estabelecia uma quantidade [de castigos] *a priori*: ela era encontrada no desenrolar do castigo.”<sup>15</sup> A punição física tinha o objetivo de ensinar e servir como um exemplo aos outros marujos. O “ritual” do castigo era feito com uma formação militar em frente ao local da punição. Aquele que ia ser castigado era direcionado, com os pés atados, ao espaço. O oficial no comando lia a legislação referente à falta disciplinar para todos os presentes ouvirem. Essa “cerimônia”, para Nascimento, servia, na perspectiva dos oficiais, como uma lição para os marinheiros sobre o que aconteceria caso fossem indisciplinados.<sup>16</sup> No processo, os marujos tinham a oportunidade de entender, segundo o historiador, os limites de suas ações na embarcação para que fossem ou não punidos.<sup>17</sup> Assim,

Os oficiais comandantes, [...], tinham reações diferentes ante os problemas diários que cercavam a rotina das embarcações. Havia-se de aprender com cada um deles, pelo menos enquanto estivessem embarcados nos respectivos navios, a fim de evitar marcas de chibata, constrangimentos e humilhações.<sup>18</sup>

Segundo Nascimento, os comandantes castigavam os marinheiros para além do que era permitido por lei, mas não costumavam deixar gravado no Livro de Socorros do punido.<sup>19</sup> Em

---

<sup>13</sup> Idem, Ibidem, p. 152.

<sup>14</sup> Idem, Ibidem, p. 153.

<sup>15</sup> Idem, Ibidem, p. 154.

<sup>16</sup> Idem, Ibidem, p. 154.

<sup>17</sup> Idem, Ibidem, pp. 154–5.

<sup>18</sup> Idem, Ibidem, p. 155.

<sup>19</sup> Idem, Ibidem, p. 156.

um ofício de 1872, esse comportamento foi notado por um dos membros máximos da Marinha, o comandante do Corpo de Imperiais Marinheiros, que notificou um o então encarregado do Quartel General da Marinha, conselheiro barão de Iguatemy, para entrar em contato com os comandantes e evitar essa negligência. A preocupação do comandante era não conseguir lidar e remanejar bem o pessoal da instituição com base no histórico disciplinar, já que havia casos recorrentes em que os comandantes não estavam registrando as faltas e as punições.<sup>20</sup>

O fato de os comandantes não deixarem as suas transgressões gravadas na documentação da Marinha não impediu que Saldanha da Gama, o então capitão da fragata Almirante Barroso, expusesse para a imprensa o meio ilegal que tratava os marinheiros sob o seu comando. Sobre uma viagem de 1886, Gama disse, em relatório publicado no periódico militar *Revista Marítima Brasileira*, no ano de 1888, que fazia uso de “só” 50 chibatadas.<sup>21</sup> Algo ilegal no contexto em que falava, pois eram permitidos, no máximo, 25 golpes por chibata aplicadas num a um marinheiro. No entanto, para ele, Saldanha da Gama, a “prisão em solitária” era recomendada por ele antes das chibatadas: desde que ocorresse “o isolamento do delinquente perfeito, a fim de que este sinta todos efeitos de semelhante meio de punição”.<sup>22</sup> Essa parte da prisão em solitária não era um crime e isso constava no decreto de 1883. Isso, no entanto, não foi recebido de forma passiva pelos marinheiros castigados: aqueles que tinham maus comportamentos eram os mesmos de sempre, segundo Gama, e que não melhoravam mesmo com os castigos. Isto é, o próprio capitão admitia uma divergência entre o que ele, enquanto capitão da fragata Almirante Barroso praticava em seu cotidiano. Ou seja, o próprio Saldanha da Gama transgredia e lei, para, segundo ele, manter a ordem e a reação repetida dos marinheiros em confrontar as regras e a ordem.<sup>23</sup> Gama, ao que tudo indica, não se incomodava ou se constrangia em tornar públicas tais afirmações, presentes num relatório que circulava a na imprensa especializada.

Meses antes da viagem narrada por Saldanha da Gama no relatório publicado na *Revista Marítima Brasileira*. Adolfo Caminha, ainda um aspirante a oficial da Marinha, publicara um conto num dos jornais de maior circulação na Corte, a *Gazeta de Notícias*, que se chamava “A Chibata”. Publicado no Suplemento Literário daquele periódico no dia 19 de janeiro de 1886, o conto trazia para as páginas do periódico uma discussão que então ocupava o debate público:

---

<sup>20</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 156–7.

<sup>21</sup> *Revista Marítima Brasileira*. Cf. GAMA, Saldanha da. Excertos dos anexos ao relatório. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Comp. Ano 8, vol. 15, ns. 1 a 3, 1888, p. 116.

<sup>22</sup> Idem, *Ibidem*, p. 117.

<sup>23</sup> Idem, *Ibidem*, p. 115.

os castigos físicos.<sup>24</sup> A parte da edição com a seção Suplemento Literário com os contos da edição, no entanto, não se encontram disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Sâncio de Azevedo, em biografia de Adolfo Caminha, diz que o literato havia publicado um conto com uma oposição explícita ao castigo da chibata na *Gazeta de Notícias*. No entanto, o autor não cita o nome do escrito, dizendo apenas que havia sido publicado em 1887.<sup>25</sup> No entanto, ao ser procurada a data em questão nesse periódico, não se encontra um texto ficcional de Adolfo Caminha ou de quaisquer pessoas acerca da Marinha.<sup>26</sup> Pela proximidade das datas, é provável que Azevedo esteja se referindo ao conto de janeiro de 1886. Contudo, antes mesmo dessa possível crítica ao castigo físico por meio de uma história curta, Caminha iria publicar, em 1885, uma “espécie de manifesto” na *Gazeta de Notícias* contra essa violência na Marinha, mas ele foi delatado à Escola Naval na qual fazia parte antes de se formar como oficial e foi impedido de publicá-lo no periódico.<sup>27</sup>

Álvaro Nascimento fala, brevemente, sobre a oposição entre oficiais a respeito da aplicação dos castigos físicos ao interpretar a legislação da Marinha. De um lado, o historiador coloca Adolfo Caminha como um crítico contundente aos castigos corporais. Caminha criticou tais práticas, segundo Nascimento, por meio de um texto na *Gazeta de Notícias*. O historiador, no entanto, não dá a referência desse escrito.<sup>28</sup> Suponho que seja o conto perdido do escritor chamado “A Chibata” que teria sido publicado em um “Suplemento Literário” da *Gazeta de Notícias*. Em escrito posterior, Caminha fez menção a esse texto: “A esse tempo a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro publicava semanalmente um boletim literário no louvável intuito de estimular os incipientes das letras. Oferecia-se-me oportunidade para um conto marítimo, cujo assunto fosse a chibata.” Presume-se que, pela descrição, fosse o “A Chibata”. De outro lado, se tem um oficial contemporâneo a Caminha chamado José Eduardo Macedo Soares um defensor dessas mesmas punições. Ele fez isso por meio de uma publicação anônima chamada *Política versus Marinha*.<sup>29</sup> Saldanha da Gama, na pesquisa de Nascimento em questão, também é citado brevemente enquanto um defensor da chibata. O relatório do comandante não foi analisado por Nascimento.<sup>30</sup> Em prol de completar a pesquisa historiográfica acerca do cotidiano na Marinha marcado por essa violência institucional, esse capítulo tem por objetivo

---

<sup>24</sup> “Suplemento Literário”. *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro. 19/01/1886, n. 19, p. 1.

<sup>25</sup> AZEVEDO, Sâncio de. *Adolfo Caminha*: vida e obra. Fortaleza: EUFC, 1999, p. 22.

<sup>26</sup> *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro, 27/11/1895, n. 330, 4p.

<sup>27</sup> AZEVEDO, op. cit.

<sup>28</sup> Suponho que seja o conto perdido do escritor chamado “A Chibata” que seria publicado em um “Suplemento Literário” da *Gazeta de Notícias*.

<sup>29</sup> NASCIMENTO, op. cit., pp. 151–2.

<sup>30</sup> Idem, *Ibidem*, p. 159.

de, entre outras coisas, analisar a discussão acerca desse assunto na imprensa carioca, em especial por meio da *Gazeta de Notícias*.

Apesar da ambiguidade acerca do possível conteúdo do conto “A Chibata” de Adolfo Caminha, em que o título faz menção a um dos instrumentos de disciplinarização dos militares marítimos, certo que o escritor refletiu e escreveu sobre as suas experiências na Marinha brasileira em diferentes ocasiões. Exemplo disso são o relato de viagem *No País dos Ianques* e o romance *Bom Crioulo* escritos por ele na década de 1890. Em fevereiro de 1890, Caminha tinha pedido demissão da instituição militar.<sup>31</sup> Livre das amarras militares, em 1895, ele publicou em formato de livro a sua experiência militar na fragata Almirante Barroso na viagem que fez, enquanto subordinado de Saldanha da Gama, para os Estados Unidos: *No País dos Ianques* relata a viagem para se formar enquanto oficial.<sup>32</sup> No ano seguinte, por sua vez, o escritor publicou uma história acerca de um marinheiro negro escravizado que se juntou à Marinha. Em *Bom Crioulo* Caminha narra a história de um ex-escravizado que é admitido na instituição supracitada, no decorrer da trama, ele é sujeito aos castigos disciplinadores.<sup>33</sup> Dessa forma, “A Chibata” pode ter se perdido, mas os textos posteriores de Caminha acerca da Marinha fizeram com que o nome do escritor, e então ex-integrante da Marinha, e as suas críticas àquela instituição não fossem esquecidos.

Saldanha da Gama e Adolfo Caminha abordaram os castigos físicos na Marinha por meios diferentes e por perspectivas diversas. Referindo-se muitas vezes a uma viagem em comum para os Estados Unidos, eles mostravam olhares bastante díspares sobre a aplicação de castigos físicos na instituição. Gama, por meio de um relatório oficial, fez uma apologia ao método violento de disciplinarização de seus subordinados. O segundo, por meio da literatura de viagem e também através de um romance, criticou o uso da chibata e outros castigos. No caso de Gama, o texto dele foi publicado em um periódico militar e foi lido antes de ser editado e publicado nessa revista. Apesar de sua fala que extrapolava e desrespeitava a lei existente sobre castigos na Marinha, o diretor da revista, Lima Barros, não o criticou. No entanto, ao contrapor o uso de um armamento da Marinha indicado manual da instituição, Saldanha da Gama foi criticado, por meio de uma nota de rodapé, por Barros.<sup>34</sup> O militar que contrapôs Gama foi um dos que elaboraram o guia do uso da arma. A violência na Armada era algo normalizado e assumir isso para os seus pares, na imprensa militar, não era algo que se tornasse

---

<sup>31</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 37.

<sup>32</sup> CAMINHA, Adolfo. *No País dos Ianques*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna. 1894.

<sup>33</sup> CAMINHA, 2014.

<sup>34</sup> GAMA, op. cit., pp. 107-8.

alvo público de críticas. Ou seja, parecia haver um consenso público entre oficiais e redatores da revista militar acerca da legitimidade de castigos físicos em seus subordinados. Caminha, por outro lado, ao publicar *No País dos Ianques* (1894) e *Bom Crioulo* (1895), os fez sem a preocupação de apresentar os textos aos seus pares militares, ao contrário de Saldanha da Gama, que mandou seu relatório para publicação na *Revista Marítima Brasileira*. Caminha, por sua vez, preferiu usar a *Gazeta de Notícias*, que dava espaço para críticas às práticas do castigo físico na Marinha em suas páginas.

Apesar da confissão transgressora de Gama na *Revista Marítima Brasileira*, nem todos os militares se expunham quanto à violência praticada. Nascimento sugere que o não registro, na documentação da Marinha, das faltas e punições aos marinheiros era feito de forma consciente:

[...] havia a possibilidade de os comandantes não estarem registrando esses dados conscientemente, como se não quisessem chamar o mínimo de atenção para os castigos que eram perpetrados a bordo e a razão desses serem aplicados. Muitas vezes, esses eram contrários às leis da Marinha, que exigiam o estabelecimento de um Conselho de Guerra.<sup>35</sup>

Acerca disso, Nascimento traz o argumento de Silvia Hunold Lara em *Campos da violência* sobre o castigo ser algo existente nas relações entre escravizador e escravizado. A punição, desde que fosse moderada e tivesse justificativa, não era questionada pelo “poder público”. Isso, no entanto, não estava prescrito em legislação militar. O nível do castigo era adaptável ao contexto e regras eram criadas no dia a dia.<sup>36</sup> Tanto é que os membros da Marinha com as maiores posições no comando estavam a par não só da negligência com os dados disciplinares, como com os excessos no momento de castigar.<sup>37</sup>

### 1.1.Mudanças na legislação disciplinar da Marinha

Os Artigos de Guerra eram uma legislação específica para os castigos que os comandantes tinham a seu dispor para disciplinar os militares. Ela era chamada de Artigos de Guerra. Marinheiros e oficiais poderiam ser punidos, mas os segundos só poderiam ser caso um oficial com uma patente maior que a do oficial infrator decidisse por isso.<sup>38</sup> O artigo 80 tratava, por exemplo, de faltas disciplinares como a “embriaguez” e os “jogos excessivos”. Ele, além disso, falava da punição de delitos que, em nenhum artigo, tinham sido referenciadas na legislação em questão. A norma abria brechas ao apontar delitos “semelhantes” aos já citados,

---

<sup>35</sup> NASCIMENTO, op. cit., p. 157.

<sup>36</sup> Idem, Ibidem, pp. 157–8.

<sup>37</sup> Idem, Ibidem, p. 158.

<sup>38</sup> Idem, Ibidem, p. 149.

mas sem dizer quais eram especificamente. Tal legislação citava diferentes tipos de militares que poderiam ser punidos, mas apenas os marinheiros e soldados é quem poderiam ser disciplinados por meio do açoite ou golpes de espada, desde que não se ultrapassasse o número de 25 por dia. Isso abria brecha para que uma pessoa fosse castigada por dias seguidos, desde que não ultrapasse o limite citado. No geral, segundo a lei, “Oficiais Marinheiros, Inferiores e Artífices” e a “Marinhagem e soldados” eram passíveis da golilha, ser preso no porão e “perdimento da ração de vinho”.<sup>39</sup>

Nesse sentido, surgiu o decreto de n.º 8898, de 3 março de 1883. Para Nascimento, ele foi uma forma de controle dos castigos. A legislação em questão deixava explícito as faltas disciplinares e as punições correspondentes do (então vago) artigo n.º 80 dos Artigos de Guerra. Nenhum dos castigos poderia ultrapassar 25 chibatadas.<sup>40</sup> Nascimento argumenta que esse decreto era um sinal de que os políticos e as “autoridades” preocupavam-se com os castigos sem moderação feitos por oficiais no comando. Isso, para ele, tinha ligação com as mudanças que ocorriam no contexto da segunda metade do século XIX.<sup>41</sup> O historiador não investiga os sujeitos por trás dessa lei ou discussões diretamente ligadas a ele previamente.

Na *Gazeta de Notícias*, o decreto de 3 de março de 1883 que limitou os castigos na Marinha é transcrito no jornal. Não foram feitos comentários: parte dos dados foram apenas colocados. Se fala dos castigos e como devem ser aplicados, mas não se fala dos atos a serem punidos. São citadas as restrições dos castigos: independente do que o marinheiro fizer, ele não seria castigado com mais de uma punição; os castigos não deveriam ser aplicados no momento de descanso à noite; ninguém poderia apanhar de chibata novamente em um período menor que 3 dias; os marinheiros não seriam punidos fisicamente em três datas: domingos, dias de santos e de comemorações nacionais. Há também os espaços certos a se aplicar a punição: na tolda ou dentro de um quartel. Era, também, preciso seguir a formalidade. Quando estivessem em portos de nações internacionais ou perto de embarcações estrangeiras, as chibatadas devem ser dadas no interior do alojamento.<sup>42</sup> Isto é, a manutenção de castigos físicos da Marinha brasileira não era algo que deveria ser assumido para o âmbito internacional.

Dois dias depois da publicação na *Gazeta de Notícias*, o decreto é citado novamente. Dessa vez, no entanto, ele, e a comissão responsável por sua realização foram alvo de críticas do redator não identificado: "As [situações hipotéticas] que formulamos, bastam para

---

<sup>39</sup> Idem, *Ibidem*, p. 151.

<sup>40</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 158–9.

<sup>41</sup> Idem, *Ibidem*, p. 159.

<sup>42</sup> *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro, 28/03/1883, n. 87, p. 1

demonstrar que a comissão teria feito melhor, se fizesse o que as comissões costumam fazer: adiar, ladear e vadiar." No texto em questão, o artigo 80 dos Artigos de Guerra é caracterizado e tratado de forma negativa por seus abusos no cotidiano da Marinha. Assim, se cita o esforço institucional, do então ministro da Marinha e a comissão por ele criada, para conter essa violência por meio do decreto n. 8.8898, de 3 de março de 1883. O redator não identificado cita trechos do decreto considerados "louváveis" ao limitarem os castigos. No entanto, ele criou situações fictícias ou hipotéticas em que marinheiros se envolvem com problemas disciplinares por comportamentos simples, mas que continuam sendo passíveis de punição. No momento dos castigos das pequenas histórias, há menções às partes do decreto que seriam usadas para justificar a punição. Por fim, o artigo criticou o trabalho da comissão com o decreto.<sup>43</sup>

Na prática, assim como o jornalista anônimo da *Gazeta de Notícias* sugeriu com as suas histórias inventadas, o decreto de n.º 8898, de 3 março de 1883, não conseguiu controlar os castigos excessivos da maioria dos comandantes da Marinha. Uma parte deles seguia fortemente a legislação punitiva. Boa parte, no entanto, só a seguia parcialmente e, depois, a extrapolava.<sup>44</sup> Ao contrário de um único oficial, em 1873, nenhum foi julgado por isso.<sup>45</sup>

A falta de controle dos comandantes com os castigos não passou despercebida a quem acompanhasse a *Gazeta de Notícias*. No início de 1884, ano seguinte ao decreto que limitou as punições na Marinha, uma criança foi vítima de castigos físicos na marinha por intermédio de um comandante que ultrapassou as regras do decreto de 1883: "[...] continuam a *castigar as praças barbaramente, como d'antes*, e por isso pedimos providências ao Exm. Sr. ministro da marinha sobre estes abusos que constantemente se dão na nossa armada." A violência criminoso foi descrita e as suas consequências para o estado de saúde da criança também. A nota, publicada anonimamente com a assinatura "A chibata" na seção de "Publicações a Pedido", diz que esse foi um entre vários outros depois do caso do menino: ou seja, não foi um caso isolado segundo o anônimo. Se conclui com um pedido para que a maior autoridade política ligada à Marinha, o ministro da instituição, fizesse algo sobre as punições exageradas.<sup>46</sup>

Apesar do decreto de 1883 vir para regular os castigos, havia um comandante da marinha que praticava atos criminosos indo além do permitido, sendo denunciado para os leitores do periódico. Podem não ter informado quem era o comandante, mas informaram a embarcação e detalharam o caso, além de citarem a legislação. Certamente o autor da denúncia

---

<sup>43</sup> "Artigo Oitenta". *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro, 30/03/1883, n. 89, p. 1.

<sup>44</sup> NASCIMENTO, op. cit., pp. 159–160.

<sup>45</sup> Idem, Ibidem, p. 152.

<sup>46</sup> Chibata, A. "Publicações a Pedido: C. Guanabara". *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro, 28/02/1884, n. 59, p. 2. (grifos meus)

era alguém informado do cotidiano do navio e também da lei atual sobre a disciplina na Marinha. O anonimato na assinatura ("A chibata"), e a não exposição do nome do oficial, talvez tenha acontecido por medo das consequências do denunciante com os membros do meio militar.

Importante dizer que em 15 de outubro de 1886, foi aprovada a lei que retirava da Justiça a possibilidade de condenar um escravizado a ser açoitado, fato que trouxe o tema dos castigos de novo para o debate público. Por outro lado, houve a manutenção desse mesmo castigo por parte dos senhores, desde que de forma "moderada".<sup>47</sup> No início desse mesmo ano, Caminha publicara o seu conto de título sugestivo "A chibata" que, até onde se sabe, se perdeu. Além disso, ocorrera a viagem aos Estados Unidos, pela Marinha, em que Saldanha da Gama era o comandante de Adolfo Caminha. Ou seja, o conto foi escrito no contexto de discussão do fim da pena de açoite, sujeitos no meio político institucional discutiam a temática, suscitando, por via indireta, certamente a questão na Marinha. Em novembro de 1886, o projeto do fim da pena do açoite para escravizados passou na Câmara. Em meio a essa discussão, o deputado Lourenço de Albuquerque defendeu o fim dos castigos físicos na Marinha também por meio de um projeto. Esse projeto, encabeçado por Ignácio Martins, para o fim de, entre outras coisas, o açoite, foi questionado por um político chamado Lourenço Albuquerque, do Partido Liberal. O legislador considerou injusto que as pessoas escravizadas não ficassem sujeitas ao açoite como pena, ao contrário dos militares brasileiros.<sup>48</sup> Na pesquisa de Ricardo Pirola acerca das discussões e repercussões da lei, não fica claro se Albuquerque queria que os militares também tivessem os castigos interrompidos. Na *Gazeta de Notícias*, no entanto, o jornalista do texto entendeu que isso foi uma postura contraditória do político: ele, Albuquerque, segundo o redator, era um defensor de fazendeiros escravocratas e só sugeriu o fim do açoite na Armada porque o controle senhorial nas fazendas foi limitado. O escritor do texto tem essa lei do fim da pena do açoite enquanto uma vitória abolicionista.<sup>49</sup>

Para além de Lourenço de Albuquerque, outros políticos se levantaram a favor da abolição da punição corporal na Armada. O *Diário de Notícias*, sem especificar o sujeito por trás do artigo, criticou a falta de ação de parte do meio político institucional para abolir essa prática. No meio político institucional, houve uma discussão, em junho de 1887, sobre um projeto de lei acerca da Marinha. Nessa discussão, o político Afonso de Pena sugeriu uma emenda para o fim dos castigos físicos. Para o redator, essas punições não deveriam mais existir.

---

<sup>47</sup> PIROLA, Ricardo Figueiredo. O castigo senhorial e a abolição da pena de açoites no Brasil: justiça, imprensa e política no século XIX. *Revista de História da USP*, n. 176, 2017, p. 3.

<sup>48</sup> Idem, *Ibidem*, p. 30.

<sup>49</sup> "Boletim Parlamentar". *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro, 14/10/1886, n. 287, p. 1.

Ele se justifica ao argumentar que: apesar de ter sido algo "detestável" e "herdado" (imagino que de Portugal), nenhuma nação internacional a mantinha mais. Além disso, o redator traz questões factuais para defender o fim dessas punições, como a abolição disso por parte do Exército e o fim da pena do açoite aos escravizados. Mesmo em um contexto desfavorável aos castigos, parte dos legisladores se opunham ao fim da punição corporal aos membros de baixa patente da Marinha. Segundo o redator, aqueles que possuíam o "direito à chibata nacional" eram os "párias" da sociedade que não tinham direitos políticos, não tinham suas demandas consideradas pelo âmbito público e que das instituições estatais, só tinham o direito de conhecerem as prisões. O jornalista sem assinatura argumenta que, com a não realização da votação nominal, ocorreu uma votação simbólica em que os políticos puderam se esconder. No entanto, o então ministro da Marinha, Carlos Frederico Castrioto, que iria se candidatar a deputado, não pôde se "ocultar": ele não apoiou uma questão que, para o redator, não era "política", mas uma questão "humanitária". Essa que traria uma condição digna aos membros de baixa patente da Marinha e os tiraria do status abaixo dos escravizados e dos animais irracionais.<sup>50</sup>

Essa discussão institucional também foi comentada na *Gazeta de Notícias*, por meio da seção "Macaquinhos no Sotão", José Telha, pseudônimo usado por Ferreira de Araújo, dono da *Gazeta de Notícias*, que fez crítica à manutenção do castigo físico por chibata na Armada por parte do meio político em uma votação sobre o assunto. O *Diário de Notícias* criticou a negativa dos legisladores e o *Jornal do Comércio* defendeu a sua manutenção e foi criticado pelo redator da *Gazeta*. Parte dos políticos, segundo Telha, não tinha se posicionado contra a chibata na Armada para não se comprometer com o governo.<sup>51</sup>

Dois meses antes da discussão política comentada nos periódicos supracitados, um marinheiro foi morto após ser vítima de punições físicas por chibata na Marinha. Em meio às questões factuais acerca da Marinha trazidas em poucas linhas, como o alistamento de pessoal e nomeação para determinados cargos. Entre eles, se cita, em 5 linhas, o pedido urgente do então ministro da Marinha, sem citar o nome dele, ao diretor de um hospital para que detalhasse a morte de um marinheiro por violência feita com chibata.<sup>52</sup> A seção "Armada" tinha, normalmente, dados acerca da instituição, mas essa teve algo incomum: a denúncia de violência disciplinadora, e morte decorrente por ela, na Marinha.

---

<sup>50</sup> "O direito à chibata". *Diário de Notícias*: Rio de Janeiro, 17/06/1887, n. 738, p. 1.

<sup>51</sup> TELHA, José. "Macaquinhos no Sotão". *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro, 18/06/1887, n. 169, p. 1.

<sup>52</sup> "Armada". *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro, 21/04/1887, n. 112, p. 1.

Um ano após a morte do marinheiro, comentada anteriormente, um redator anônimo, com um artigo intitulado "O Suplício da Chibata" na *Gazeta de Notícias*, defendeu o fim da punição física na Marinha. Em sua argumentação, ele trouxe questões históricas para justificar o seu ponto. Entre eles, citou o fim da abolição física no Exército e enquanto pena possível para os escravizados. Em seguida, um caso então recente foi trazido em que um oficial da Marinha, sem citar o nome do homem, ao não a legislação vigente, que dizia que o comandante e um médico deveriam estar presentes para analisar o caso do possível punido, mandou castigar um marinheiro com a chibata no "vapor Amazonas". A vítima morreu no processo. O redator disse que a "abolição da chibata" estava sendo intensamente pedida por meio de escritos. No entanto, havia alguns obstáculos contra isso, entre eles a justificativa de que os marinheiros tinham comportamentos ruins a serem disciplinados. O redator caracterizou o ocorrido como uma "criminalidade a bordo", independente da morte do homem, que ficou ambígua se foi por conta da chibata ou por conta da "febre amarela", pois não se cumpriu a formalidade legal. Aparentemente, um sujeito chamado "conselheiro Vieira da Silva" tomaria conta do caso, mas o redator tinha receio que certas "influências" contra o fim do castigo físico na Marinha não o deixassem investigar o caso.<sup>53</sup>

Em "O Suplício da Chibata", o redator não cita a quantidade de chibatas ou se ela havia ultrapassado o total máximo permitido pelo decreto de 1883, o número de 25 golpes. A prática, contudo, foi feita sem a supervisão de um comandante e um médico. Isto é, não tinha seguido a formalidade preconizada e, no processo, havia provocado a morte de um marinheiro. Todos esses fatores, assim como o contexto histórico e legislativo daquele momento, foram o suficiente para que esse sujeito por trás do artigo se posicionasse contra a punição física na Marinha.

Em maio de 1888, 8 dias antes da abolição da escravidão com a lei de 13 de maio, em notícia de primeira página da *Gazeta de Notícias* na seção "Chibata e Palmatória", na "canhoneira Traripe", uma violência na marinha foi comparada, por um jornalista anônimo, com aquela que ocorreu no vapor Amazonas: um marinheiro doente, chamado Tomaz Pereira Fernandes, recebeu como punição 48 golpes de palmatória, o redator disse não saber o motivo. O médico da embarcação recomendou que o marinheiro fosse levado ao hospital para tratamento médico devido ao seu estado de saúde. Porém, após o médico sair da embarcação, o comandante ordenou a referida punição. A prova dessa violência estava no "livro de quarto de bordo". O jornalista, não identificado, pediu que o ministro da Marinha, Luís Antônio Vieira

---

<sup>53</sup> "O Suplício da Chibata". *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro, 23/04/1888, n. 114, p. 1.

da Silva, fizesse uma investigação do caso. Na mesma página, mas em outra coluna, informações factuais acerca da Marinha foram trazidas.<sup>54</sup>

Em um intervalo de um ano, um caso de violência na Marinha foi conectado a outro. Nesse segundo caso houve, contudo, uma novidade: o pedido para que aquele com a maior posição institucional na Marinha, o seu ministro, agisse para investigar o caso. Fica o questionamento de o porquê exporem o nome do marinheiro, mas não o do comandante que mandou bater no subordinado doente. Ao falar, no entanto, que o problema maior do caso não era a punição física em si, mas por ter sido feita sem a supervisão do médico e com o marinheiro adoentado. Dessa forma, sugeria-se que, a depender do motivo e se seguida a formalidade, poderia ser justificada a agressão a um marinheiro.

Em novembro de 1888, passado o fim legal do trabalho servil no país, a equipe do periódico *Novidades* ficou sabendo, mas não informaram como, que os marinheiros da "canhoneira Traripe" estavam passando por violências repetidas. No artigo foram citadas, sem explicitar numericamente, a punição por chibata, a palmatória, a solitária, o trabalho em condições degradantes e a fome causada por mau suprimento de comida. O texto dizia que era fora da lei praticar punições físicas enquanto o navio estivesse para ser reparado. Foi trazido o caso de dois membros da Marinha vítimas desses abusos, o primeiro foi um marinheiro, sem especificar a posição hierárquica, chamado Espírito-Santo: vítima da chibata, solitária e a trabalhar enquanto estava exausto da prisão e de jejum, desmaiou no fim das contas. O outro foi o "escrevente do navio", sem citar o nome, preso na solitária por "capricho do comandante". No entanto, a legislação não foi um impedimento para que essa violência ocorresse diariamente. O redator, não identificado, pediu que o então ministro da Marinha investigasse a situação relatada. Isso era o mínimo a se fazer, pois o membro do Executivo tinha recusado o fim dos castigos corporais na Marinha proposto por um deputado chamado Pedro Luiz.<sup>55</sup>

No texto supracitado, o nome do marinheiro foi citado, mas não o daqueles com altas posições, como o comandante. Esse artigo dialogou com as vivências dos marinheiros na Marinha ao não resumir as violências na Armada à chibata. O redator conhecia, minimamente, parte da legislação da Marinha ao citar que ninguém deveria ser punido fisicamente durante o conserto das embarcações. Mais uma vez, o nome do ministro da Marinha foi citado para que tomasse providências em relação a um caso criminal feito por oficiais da Marinha.

---

<sup>54</sup> "Chibata e Palmatória". *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro, 05/05/1888, n. 126, p. 1.

<sup>55</sup> "A canhoneira "Traripe"". *Novidades*: Rio de Janeiro, 17/11/1888, n. 252, p. 1.

As violências ocorridas na “canhoneira Traripe”, citadas no periódico *Novidades*, em 1888, também chegaram às páginas da *Gazeta de Notícias*. No início de dezembro daquele ano, a mesma embarcação foi, mais uma vez, citada enquanto um espaço de violência contra membros de baixa patente da Marinha. O culpado por trás disso, segundo o texto, era o comandante da embarcação, sem citar o nome do homem. Foram citados no artigo casos envolvendo a palmatória, o uso de 100 chibatadas e asfixia provocada pela solitária. Os nomes de dois marinheiros vítimas dessas punições foram citados. No caso do que foi vítima da chibata, José Antônio dos Santos, um marinheiro foguista de 2ª classe, a solução para disfarçar o "crime" foi transferi-lo para outra embarcação. Tem-se a descrição de como funcionava o castigo por solitária, que Francisco Vitalino da Silva, um cabo de esquadra foi colocado: “um espaço fechado, pequeno e quente, à luz do sol”. Em resposta, o oficial prendeu e retirou do navio o "escrevente de bordo" por suspeitar desse e ameaçou com chibata os marinheiros, em formação militar, caso outros artigos o expondo fossem publicados. O texto terminou com um pedido do redator ao então ministro da Marinha para que cuidasse do caso, mais uma vez sem citar o nome dele.<sup>56</sup>

Os castigos da Marinha iam além da chibata. Entre as violências estavam o uso da palmatória e a reclusão em solitária. A descrição de como se dava a punição por meio da “solitária” foi feita aos leitores do jornal. Anos mais tarde, em *Bom Crioulo*, o personagem Amaro de Caminha seria vítima dela, após um conflito envolvendo embriaguez e o uso de arma fria em uma briga, além de diversas outras violências:

[Amaro] dormiu essa noite numa sepultura de ferro, espécie de jaula estreita e sem luz onde só cabia um homem. Trancado ali dentro, imóvel, porque os pés e as mãos estavam presos. [...] Tinha-se aberto a porta da solitária e, mesmo em jejum, ele ia ser castigado. Bom-Crioulo não podia se mover: foi preciso que o segurassem. [...] Apertava-lhe a boca uma mordaca de ferro. Havia no seu olhar uma indignação muda e triste.<sup>57</sup>

Diferente dos marinheiros supracitados vítimas da solitária nos periódicos, Amaro, após apanhar de chibata estando preso por horas e de jejum, cansado, o personagem foi parar em um hospital da Marinha com ferimentos graves para ser tratado ao invés de continuar o trabalho normalmente. Sabendo que a literatura não espelha simplesmente o real, a comparação entre as descrições nos faz refletir como Adolfo Caminha tinha um horizonte de referências e inspirações para interpretar o mundo que queria transpor para seu romance. As denúncias dos castigos excessivos se fizeram recorrentes nas páginas dos jornais e certamente eram reconhecidas (ou ao menos a verossimilhança) daquilo que era objeto da ficção no romance.

---

<sup>56</sup> “Publicações a Pedido: Canhoneira "Traripe"”. *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro. 01/12/1888, n. 335, p. 4.

<sup>57</sup> CAMINHA, 2014, p.152.

No início da Primeira República, outra medida legal foi tomada por meio de um decreto. Era o de n.º 3, de 16 de novembro de 1889. Este, ao contrário do decreto de n.º 8898, de 3 de março de 1883, proibia completamente os castigos corporais na Marinha. Além disso, diminuía o tempo de serviço dos marinheiros para nove anos. O homem por trás dessa nova medida legal era o então ministro da Marinha, Eduardo Wandenkolk. Segundo Nascimento, o motivo por trás disso, para além do próprio contexto de mudanças sociais e políticas das últimas décadas, era por ele querer ter o apoio dos marinheiros no contexto pós-golpe militar que proclamou a República. Wandenkolk, segundo Nascimento, viu o poder que eles tinham após um grande conflito entre os marujos e a polícia em 1888.<sup>58</sup> O historiador diz:

Ele [Wandenkolk] coordenou a retirada dos marinheiros para o quartel e navios [após o conflito com policiais] e viu a força dos seus subordinados quando esses se uniam. Notou que se um novo regime tivesse que ser implantado, ainda mais em razão de um golpe, *nada melhor que ter a força dos subordinados a seu lado*. Enfim, ao que parece, foi por esse raciocínio que um dia após a proclamação da República, em 16 de novembro de 1889, o novo ministro da Marinha, Eduardo Wandenkolk, decidiu extinguir os castigos corporais de Marinheiros.<sup>59</sup>

Em janeiro de 1890, o fim dos castigos físicos na Marinha repercutiu entre os redatores da *Gazeta de Notícias*. Na seção “Manifestação ao marechal Deodoro e ao almirante Wandenkolk”, um evento militar em comemoração ao então presidente e ao ministro da Marinha. Em meio à presença de oficiais, Wandenkolk foi parabenizado pelos presentes, segundo o artigo, por corrigir os erros cometidos durante a monarquia: em um decreto, ele igualou o período de trabalho dos marinheiros aos soldados e pôs fim às punições físicas na Marinha. O ministro foi parabenizado, também, pela reforma compulsória. O governo monárquico foi caracterizado enquanto “incompetente” e a Marinha, no contexto imperial, estava em um “estado de abatimento” e, na república, se iniciou a sua “reabilitação”. Ao receber um brinde do capitão-tenente Alexandrino de Alencar, comandante de uma embarcação da Marinha, Wandenkolk foi agradecido por reduzir o período de serviço, retirar os castigos corporais e aumentar o “vencimento” dos marinheiros.<sup>60</sup>

O fim dos castigos corporais na Marinha foi tido, junto de outras coisas, como uma “reabilitação da Marinha” e Eduardo Wandenkolk, no evento referido e segundo o artigo, foi tido como o grande responsável por isso. Poucos meses depois, contudo, em abril de 1890, eles voltaram por meio do decreto n.º 328, de 12 de abril de 1890, assinado por esse mesmo homem. A legislação em questão instituía uma segregação nos ambientes da Marinha entre os

---

<sup>58</sup> NASCIMENTO, op. cit., p. 161.

<sup>59</sup> Idem, *Ibidem*, (grifos meus).

<sup>60</sup> “Manifestação ao marechal Deodoro e ao almirante Wandenkolk”. *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro. 16/01/1890, n. 16, p. 1.

marinheiros disciplinados e aqueles sem disciplina. Essa separação e privação de direitos dos marujos recebeu o nome de Companhia Correccional. Ela tinha por objetivo, em teoria, manter a “segurança” dos primeiros e disciplinar os segundos.<sup>61</sup> Aqueles com faltas disciplinares sofreriam uma série de restrições, como a redução do dinheiro ganho pelo trabalho; a falta de liberdade de ir e vir; o não recebimento de dinheiro extra (“gratificações”); abaixariam de posição no trabalho; realizariam as piores funções; eles fariam uma formação militar à parte e, além de tudo isso, eram passíveis do açoite novamente.<sup>62</sup> No novo decreto, as chibatadas não poderiam ultrapassar o número de 25, assim como naquela lei de 1883 que controlou os castigos, e eram dadas, em teoria, em casos “graves”. As faltas “leves” e “leves repetidas” deveriam ser punidas por prisão com a pessoa atada por ferros e comendo somente pão e bebendo água. Nascimento, sobre a Companhia Correccional argumenta que: “[...] se antes da Companhia Correccional o castigo atuava exclusivamente sobre o corpo do indivíduo, naquela passagem de século, ele começou a agir também sobre a *liberdade e as possibilidades de ascensão social e econômica*.”<sup>63</sup>

Esse decreto da Companhia Correccional surgiu por demanda dos oficiais comandantes em prol de manter o controle e a disciplina das embarcações. Sem os castigos físicos, anteriormente interrompidos pelo decreto n.º 3, de 16 de novembro de 1889, eles queriam meios para retomar o domínio.<sup>64</sup> O marinheiro inserido no regime da Companhia Correccional continuaria segregado enquanto o oficial comandante mandasse. A diferença entre faltas e crimes, em teoria, continuava: aqueles que matassem, ferissem, fossem insubordinados, desertassem e coisas semelhantes deveriam ser mandados para um julgamento externo à embarcação.<sup>65</sup> Ainda em 1890, os Artigos de Guerra que tratavam das regras de disciplina e as punições a quem as quebrasse foram substituídos pelos Códigos Disciplinar e Penal da Armada. O decreto da Companhia Correccional fez parte dessa nova legislação punitiva.<sup>66</sup> Mesmo com normas para regular os castigos físicos, segundo Nascimento, o castigo continuava sendo decidido, na prática, pelos oficiais comandantes, independente de extrapolarem a legislação. No processo, muitos deles continuaram indo além do permitido e evitando anotar corretamente o número de castigos no Livros de Socorros.<sup>67</sup>

---

<sup>61</sup> NASCIMENTO, op. cit., p. 162.

<sup>62</sup> Idem, Ibidem, p. 162–3.

<sup>63</sup> Idem, Ibidem, p. 163 (grifos meus).

<sup>64</sup> Idem, Ibidem, p. 162.

<sup>65</sup> Idem, Ibidem, p. 163.

<sup>66</sup> Idem, Ibidem, p. 164.

<sup>67</sup> Idem, Ibidem, p. 164.

A punição física era tida por oficiais comandantes por algo bastante necessário para se manter a ordem e o trabalho nas embarcações: o mesmo argumento utilizado para a defesa de sua manutenção durante o período imperial. Por isso, a praticavam e se empenharam para mantê-la legalmente quando ela foi banida com decreto n. ° 3, de 16 de novembro de 1889 e, por conta dessa demanda, a Companhia Correccional foi criada e os castigos voltaram por meio do decreto n. ° 328, de 12 de abril de 1890.<sup>68</sup>

Entre as colunas da *Gazeta de Notícias*, em julho de 1890, na seção “Disciplina”, brigas frequentes entre soldados e marinheiros foram relatadas, mas não citaram um caso específico: falaram de forma geral. O redator anônimo pediu que o governo, formado por militares de alto escalão, tomasse medidas sobre esses problemas disciplinares que estavam afetando os cidadãos comuns: pedia pela "manutenção da ordem". No entanto, o jornalista não defendeu a volta das punições físicas, pois era algo que feria, na percepção dele, a dignidade humana. Essa correção comportamental teria que se dar pelo estímulo do "brio". Nesse texto, o governo republicano foi caracterizado enquanto aquele que valorizou o soldado brasileiro: o tratava enquanto um "cidadão".<sup>69</sup> Por falta de conhecimento ou deliberadamente, o redator não comentou que os castigos físicos haviam voltado na Marinha em abril de 1890 com a instauração da segregação na Marinha com o decreto n. 328, de 12 de abril de 1890.

---

<sup>68</sup> Idem, *Ibidem*, p. 185.

<sup>69</sup> “A disciplina”. *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro. 15/07/1890, n. 227, p. 1.

## 2. CAPÍTULO II: DIFERENTES PERSPECTIVAS ACERCA DO COTIDIANO DE TRABALHO NA MARINHA: O CAPITÃO E O ASPIRANTE AO OFICIALATO (1886–1894)

### 2.1. A viagem da Marinha brasileira aos Estados Unidos em 1886

Entre 18 de fevereiro a 7 de dezembro de 1886, uma embarcação da Marinha, chamada “Almirante Barroso”, partiu do Rio de Janeiro em direção aos Estados Unidos para a formação de estudantes da Marinha em prol de que, ao fim do trajeto, pudessem se graduar como oficiais da instituição. O ponto principal do trajeto era a Exposição das Três Américas em Nova Orleans. Ao longo da viagem, a embarcação parou em diversas cidades do continente americano.<sup>70</sup> O comandante responsável pela tripulação foi o capitão Saldanha da Gama, o militar que ficaria famoso, anos depois, por seu envolvimento na “Revolta da Armada”, iniciada em 1893. Entre os alunos da Marinha, presentes na embarcação, estava Adolfo Caminha que, anos depois, deixaria a organização militar e se tornaria conhecido por ser um escritor da escola naturalista. Uma de suas obras mais famosas foi o livro intitulado *Bom Crioulo*, publicado em 1895.<sup>71</sup>

Como dito anteriormente, Saldanha da Gama foi membro da Marinha de Guerra, assim como Adolfo Caminha. Contudo, quando da viagem, o primeiro era um veterano da instituição e o segundo, por sua vez, ocupava a posição de aspirante ao oficialato. Isto é, Saldanha havia ocupado posições hierárquicas superiores e Caminha, galgado postos mais baixos. Em comum, eles tinham a instituição: a Marinha brasileira. No comando da viagem que ocorreram em 1886 estava Saldanha da Gama, que mantinha sob seu controle a rotina dos militares presentes na embarcação.<sup>72</sup> Após o término da missão, o comandante escreveu um relato oficial acerca da viagem e do trajeto percorrido e este material é uma das fontes utilizadas por esta monografia.

---

<sup>70</sup> AZEVEDO, Sânzio de. *Adolfo Caminha: Vida e obra*. Fortaleza: UFC Edições, 1999, pp. 89-90.

<sup>71</sup> Para saber mais sobre o romance, cf. ALÓS, Anselmo Peres. Corpo e gênero no romance oitocentista brasileiro: uma leitura de Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha. Terra roxa e outras terras – *Revista de Estudos Literários*, Vol. 15, 2009; BEZERRA, Carlos Eduardo. Literatura e compromisso social na obra de Adolfo Caminha. *Revista Cerrados*, vol. 18, n. 28, 2009; MENDES, Leonardo. As ruínas da homossexualidade: o gótico em Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha. *LusoBrazilian Review*, Madison, University of Wisconsin (EUA), vol. 41, n. 1, 2004; MENDES, Leonardo. Naturalismo com aspas: ‘Bom-Crioulo’, de Adolfo Caminha, a homossexualidade e os desafios da criação literária. *Gragoatá*, [s.l.], v. 8, n. 14, 2004.

<sup>72</sup> O termo certo àqueles que estavam prestes a se tornarem oficiais é Guarda Marinha. Cf. BRASIL. Guarda marinha. In: *Dicionário Marítimo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1877, p. 99.

Publicado um tempo depois da viagem aos Estados Unidos, o relatório de Saldanha da Gama foi impresso na supracitada *Revista Maritima Brasileira* em 1888.<sup>73</sup> Neste relatório estão descritos diversos aspectos referentes à viagem, entre eles, questões relativas aos gastos, aos treinos militares, a saúde dos membros da instituição, a disciplina, o cotidiano, a educação dos membros da viagem e as relações desenvolvidas entre os militares de diferentes patentes. Essa é a mesma viagem que o escritor naturalista e oficial da Marinha, Adolfo Caminha, fez enquanto subordinado de Gama. O aspirante a oficial também acabou escrevendo sobre a viagem na obra intitulada *No País dos Ianques*<sup>74</sup>, publicada em 1894. Diferente do texto de Saldanha, impresso em um órgão de comunicação de oficiais, a obra de Caminha não tinha a pretensão de dialogar apenas com seus pares militares, mas era voltada ao público em geral.

Lançado em formato de livro anos depois do relatório, em 1894, *No País dos Ianques* é um relato em que Caminha vasculha aspectos mais diversos da viagem aos Estados Unidos.<sup>75</sup> O livro do literato relata questões ligadas aos castigos corporais, ao cotidiano de oficiais e seus aspirantes, bem como sobre as impressões sobre as localidades visitadas no meio do caminho e as relações desenvolvidas entre os militares.

Entre os temas que passaram tanto pelos escritos de Saldanha da Gama quanto os de Adolfo Caminha, estava o uso da violência na disciplinarização dos marinheiros e a relação desta violência com questões que remetiam à sociedade imperial escravista. Apesar do trajeto percorrido e o espaço terem sido os mesmos, as perspectivas e as análises feitas por ambos foram diferentes. O objetivo aqui é compreender como o cotidiano atravessado pela questão da violência esteve presente nos dois relatos e que visões diversas foram produzidas sobre a mesma viagem durante o cotidiano de trabalho.

## 2.2. O relato oficial de Saldanha da Gama na *Revista Maritima Brasileira*

Em 1886, a ida da Marinha brasileira em direção aos Estados Unidos ocorreu para formar os futuros oficiais da Marinha. Em 1888, pouco mais de um ano depois do retorno da embarcação, o percurso foi objeto do relatório do comandante da viagem, Saldanha da Gama. Em um periódico militar, ele publicou uma narrativa oficial sobre a viagem. Esse texto se encontra no periódico *Revista Maritima Brasileira*, disponibilizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.<sup>76</sup> O texto do militar possui 133 páginas divididas em 8 partes

---

<sup>73</sup> GAMA, Saldanha da. Excertos dos anexos ao relatório. In: *Revista Maritima Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Comp. Ano 8, vol. 15, ns. 1 a 3, 1888, pp. 87-207.

<sup>74</sup> CAMINHA, Adolfo. *No País dos Ianques*. Livraria Moderna, Rio de Janeiro, 1894.

<sup>75</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>76</sup> GAMA, 1888.

que são chamadas de “anexos”, mas, na prática, 7 estão disponíveis. Por ser uma narrativa oficial, ela contém muitos trechos técnicos, como, por exemplo, a descrição de gastos financeiros, da rotina de treinamento militar e do armamento da embarcação. Pensando no cotidiano, dois anexos chamam a atenção: o que trata da disciplinarização e aquele acerca dos cuidados corporais dos integrantes da embarcação. O anexo sobre a questão disciplinar é o de número 3 e possui 9 páginas.<sup>77</sup> Já o anexo que fala exclusivamente das questões de saúde e de higiene dos militares durante a viagem é o de número 5 e ele possui 13 páginas.<sup>78</sup>

A edição da revista em questão não tem anúncios ou a possibilidade de assinatura por parte de seus leitores. Por ser diretamente ligada à Marinha e ter oficiais dessa instituição envolvidos na direção e escrita dos textos, a sua organização e o financiamento da publicação vinha por parte da instituição, isto é, não era um empreendimento privado visando lucro.<sup>79</sup> Devido à temática dos textos, o público-alvo do periódico eram os oficiais da Marinha brasileira. No editorial da primeira edição de 1881, o redator e militar Sabino Pessoa destacou que os colaboradores da revista poderiam participar de sua escrita desde que trouxessem “ideias úteis”, não necessariamente por meio de textos autorais, pois poderiam ser de produções estrangeiras. As ideias a serem trabalhadas, contudo, envolveriam os seguintes temas: a guerra, a Marinha e a ciência.<sup>80</sup>

Em seu texto, Saldanha da Gama argumentava que a disciplina era algo fundamental em qualquer embarcação e viagem oficial da Marinha. Dizia ainda que, para cumprir tal importante tarefa, ele havia contado com o apoio de mais quatro oficiais. Isto é, supõe-se que para o controle da rotina de “quase 400 homens”, ele não conseguiria vigiar e punir por si só toda a equipe militar presente.<sup>81</sup> A equipe de militares, no geral, era composta por dois grupos: aqueles provenientes da Escola Naval, como Adolfo Caminha e os outros aspirantes ao oficialato, assim como os oficiais já formados. O segundo agrupamento, que compunha a marinhagem, provinha de, boa parte, de um recrutamento contra a própria vontade.<sup>82</sup> Isso abria brecha para o alistamento de “homens levados pela polícia por vadiagem, contravenção e pequenos crimes”.<sup>83</sup>

---

<sup>77</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 114–122.

<sup>78</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 131–143.

<sup>79</sup> ARIAS NETO, José Miguel. *Revista Marítima Brasileira: 1851-1855 - A Liberdade de Pensamento na Marinha Imperial e o Projeto de Nação no século XIX*. In: *Revista Brasileira de História Militar*, v. 8, 2012, p. 11.

<sup>80</sup> PESSOA, Sabino Elói. *Revista Marítima Brasileira*. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Lombaerts e C. Ano n. 1, vol. 1, 1881, p. 8.

<sup>81</sup> GAMA, 1888, p. 114.

<sup>82</sup> “[...] entre os anos de 1836 e 1888, somente 460 homens se apresentaram espontaneamente [para compor a equipe de marinheiros], enquanto 6271 foram recrutados à força.” Cf. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *vCidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: MAUAD X; FAPERJ, 2008, p. 84.

<sup>83</sup> Idem, *Ibidem*, p. 88.

Nessa parte do relatório, ao falar da disciplinarização, ele o usa para relatar os problemas disciplinares de um grupo em específico de marinheiros, de um círculo restrito de guardas-marinha e um de oficiais. O faz sem citar nomes ao dizer que, no geral, o comportamento:

[...] tanto [de] Imperiais Marinheiros como [de] Soldados Navais, *foi mais que exemplar* mesmo a bordo. As faltas cometidas nunca saíram de um certo círculo muito limitado de certas praças, de mau proceder habitual e já conhecidas como avessas a todo o estímulo, além de *insensíveis aos mais rigorosos castigos corporais*.<sup>84</sup> (grifos meus)

Contudo, os únicos que ele cita como punição a violência disciplinadora foram os marinheiros. São aqueles que tiveram comportamentos ruins de forma repetida, segundo Gama.<sup>85</sup> Dessa forma, o homem parece nos dizer que há certa resistência dos marinheiros: apesar dos castigos, certos marinheiros se recusavam a ceder à violência disciplinadora da instituição.<sup>86</sup> Os problemas disciplinares comuns dos marinheiros na viagem foram os ligados à embriaguez, à “escusa de serviço” e aos roubos e ataques com armas frias entre os marujos.<sup>87</sup>

Publicado em uma revista feita por e para outros militares da Marinha, não seria interessante para Saldanha da Gama expor de forma negativa a sua organização da viagem. Era preciso afirmar o sucesso do empreendimento e sua eficiência em manter a ordem na embarcação durante a viagem. Afinal, as aparências de sucesso em um relatório oficial que iria não só para os seus superiores como para o público do periódico precisavam ser mantidas. Para reforçar essa imagem, o comandante destaca que as faltas disciplinares restringiram-se a um grupo “muito limitado” e que os casos de problemas com álcool foram “muito raros” e sem “circunstâncias agravantes”. O comandante reforçava ainda que mesmo aqueles que fugiram do serviço foram de “menos importância” e não precisavam de terem uma “especial referência” no relatório.<sup>88</sup> As adjetivações do texto claramente intencionavam não superestimar os fatos de desordem ocorridos.

Para lidar com maus comportamentos de marinheiros, Saldanha da Gama sugeria ainda no texto que, para além de fazer uso do castigo, ele realizara a separação dos maus elementos dos novos integrantes do corpo de marinheiros para não levá-los a terem “maus hábitos e vícios que se acham *eivados*”.<sup>89</sup> Enquanto não fosse feita essa separação, “[...] o castigo da chibata terá de ser mantido ainda por muitos anos, como indispensável meio de disciplina n’Armada”,

---

<sup>84</sup> GAMA, 1888, p. 115.

<sup>85</sup> Idem, Ibidem.

<sup>86</sup> Idem, Ibidem.

<sup>87</sup> Idem, Ibidem.

<sup>88</sup> Idem, Ibidem, p. 115.

<sup>89</sup> Idem, Ibidem, p. 116.

concluía o comandante.<sup>90</sup> Contudo, apesar de ter sido seu desejo fazer essa separação no início da viagem, Gama acabou tendo que levar a equipe com esses “maus” elementos. Diante desse fato, o comandante fazia, então, apologia à violência disciplinadora, que incluía tanto à agressão física como o uso da “solitária”, desde que fosse bem feita e excluísse de fato o marinheiro de verdade da vida comum. Além disso, Gama confessava em seu relatório que havia feito uso de somente 50 chibatadas. Argumentava ainda, em defesa dessa prática considerada por ele necessária que o Exército estava em problemas por abolir a violência disciplinadora.<sup>91</sup>

A fala de Saldanha da Gama sobre o número de chibatadas aplicadas na viagem, se vista em perspectiva da legislação então vigente, era criminosa. No contexto da viagem, no ano de 1886, e mesmo no momento da publicação do relatório, 1888, a legislação disciplinar previa, no máximo, 25 chibatadas, como comentado no primeiro capítulo. Contudo, mesmo sendo um crime, ele não viu problema em dizer isso abertamente ou mesmo disso ser publicado na revista da Marinha. O diretor do periódico, o então Primeiro Tenente Alfredo Augusto de Lima Barros, também não viu problema em publicar essa parte do relatório. A impressão que se tem, assim, é da tolerância ou da conivência e da naturalização da violência disciplinadora.

Muitos oficiais no comando, segundo o historiador Álvaro Pereira do Nascimento, castigavam os marinheiros para além do que era permitido por lei, mas não deixavam gravado no Livro de Socorros do punido. Isto é, não deixavam no histórico do marinheiro. Em 1873, segundo Nascimento, houve um único processo contra um oficial da Marinha (chamado Guillobel) que foi a julgamento por exagerar na punição a um marinheiro. O militar mandou aplicar 500 açoites no marujo em um único dia, ao invés de dividir, no máximo, 25 a cada dia. Apesar de ter sido advertido, o réu foi absolvido, no fim das contas, pelo tribunal militar.<sup>92</sup> A questão dos abusos nos castigos, contudo, segundo o historiador José Miguel Arias Neto, ganhou repercussão e foi criticada pelo então ministro da Marinha, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz por meio de um relatório oficial apresentado ao parlamento. Para além de simpatia com os danos físicos e psicológicos causados pela violência disciplinadora nos membros de baixa patente da Marinha,

a ideia de regulamentar o Artigo 80 [o que orientava os castigos aos marinheiros] era ainda parte de um pensamento que concebia a profissionalização da Armada através da abolição do sistema de suplícios e instauração de um regime disciplinar. Ao fundo da questão estava presente a idéia de constituição do Brasil como nação “civilizada

---

<sup>90</sup> Idem, Ibidem.

<sup>91</sup> Idem, Ibidem.

<sup>92</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Poder, disciplina e valores. In: \_\_\_\_\_. Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910. Rio de Janeiro: MAUAD X; FAPERJ, 2008, p. 152.

*de acordo com as luzes do século*”, em um momento que *a própria escravidão tinha sua legitimidade questionada* no próprio Parlamento nacional.<sup>93</sup>

O caso de Guillobel, ajudou Nascimento a compreender os “rituais de aplicação dos castigos” e os “sentidos que obedeciam”.<sup>94</sup> Por meio da análise desse caso, Nascimento argumenta que o castigo corporal na Marinha se dava por diversas razões, como manter o controle do pessoal e o respeito às posições hierárquicas. Caso contrário, a organização da embarcação poderia sair do esperado. O ensino à obediência, sem oposição, estava presente no cotidiano de trabalho, por meio da leitura da legislação da Marinha para os marinheiros, na Escola dos Aprendizes Marinheiros.<sup>95</sup> Outro objetivo do castigo era o de servir de exemplo para os marinheiros (“guarnição”) que eram obrigados a assisti-lo. No entanto, segundo a legislação vigente, o castigo deveria ser feito sem exageros. Isso, contudo, era uma questão de divergência entre os oficiais.<sup>96</sup>

Ao falar dos problemas comportamentais que os guardas-marinhas, a posição ocupada por Adolfo Caminha na viagem, tiveram, Saldanha Gama cita aqueles relacionados às práticas militares, apesar de não entrar em detalhes sobre isso, e os de etiqueta e cortesia entre os próprios guardas-marinha e a falta de submissão desses com os oficiais. O militar teve uma solução para os guardas-marinhas com problemas disciplinares, mas que não envolver a violência disciplinar, como no caso dos marinheiros: um melhor projeto de educação na Escola Naval.<sup>97</sup>

Ao falar dos oficiais de mais alta patente presentes na embarcação, Gama lhes dedica um parágrafo. Segundo este, no geral, segundo Gama, os oficiais tiveram um “irrepreensível” comportamento durante a viagem. Contudo, quando tais oficiais tiveram maus comportamentos foram aqueles que mais fizeram Saldanha da Gama se sentir mal.<sup>98</sup> Ele prossegue falando dos maus comportamentos dos guardas-marinhas e oficiais. E reforçando que no caso dos guardas-marinha, quando já não tem uma boa educação desde o seio familiar, a reforma da Escola Naval, isto é, uma melhor educação prévia ao assumirem o posto de oficiais poderia tratar este problema.

No caso dos oficiais, segundo Gama, a má disciplina foi causada pelo excesso de gente (na posição de “oficial de ré”). Este excesso de gente causara, segundo ele, um aperto no navio.

---

<sup>93</sup> ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910*. Tese. (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2001, p. 148.

<sup>94</sup> NASCIMENTO, 2008.

<sup>95</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>96</sup> Idem, *Ibidem*, p. 156.

<sup>97</sup> GAMA, 1888, pp. 118–120.

<sup>98</sup> Idem, *Ibidem*, p. 120.

Tal aperto, para o comandante, não era “higiênico” para a embarcação. Outra questão apontada pelo comandante foi o interesse pelos “prazeres” da viagem por parte dos guardas-marinha/oficiais, em detrimento dos compromissos militares.<sup>99</sup> Para Saldanha, a solução dos problemas dos oficiais deveria partir dos membros superiores da Marinha, mas ele não entrou em detalhes sobre como fazer isso. Em síntese, para Saldanha, os problemas dos oficiais e guardas-marinha não devem ser corrigidos pela violência disciplinadora, como no caso dos marinheiros. No início do anexo número 5, Saldanha diz que não houve muitos problemas graves em relação à saúde e que a viagem ocorreu de forma "lisonjeira" e “extraordinária”. Para ele,

[...] nada me poderia ser mais grato como comandante d'este cruzador do que o *satisfatório* estado sanitário do navio no correr da comissão. Se de todo não foi possível evitar que houvesse algumas baixas ao hospital, nem impedir os três casos de óbito, que ocorreram, ainda assim é lícito considerar o resultado conseguido como muito *lisonjeiro*, se não mesmo como *extraordinário*.  
[...] não se deu a bordo o mais ligeiro desastre.<sup>100</sup> (grifos meus)

Pensando em como esse texto foi feito para ser lido por seus pares militares na revista, Gama quis dar, mais uma vez, um tom positivo para os acontecimentos em prol de mostrar o domínio da viagem.

Saldanha da Gama, ao falar do sucesso para manter a saúde da “marinhagem”, justificara que isso se deu graças à presença de água potável no barco, à variedade de alimentos, à realização de “travessias” em poucos dias e à aplicação de medidas de higiene.<sup>101</sup> Ele também cita a boa estrutura da embarcação para ventilar como um fator positivo. Essa ventilação, na perspectiva do comandante, auxiliava na conservação dos alimentos e fazia com que os militares não tivessem doenças a bordo que a má circulação de ar poderia causar.<sup>102</sup> Ao comentar sobre as medidas de higiene tomadas, Saldanha fala ainda da imposição de banhos frequentes, da limpeza de boca e a troca de roupas limpas, além da necessidade de não deixar que os marinheiros dormissem sob a friagem.<sup>103</sup> A higienização não foi um problema na maioria das vezes, segundo ele. Sobre as vestimentas, Saldanha aproveita para criticar o “desleixo” dos marinheiros quando se tratava de roupas por questões de caráter (“índole”). Para solucionar o problema, Gama afirmava ter colocado dois oficiais para orientarem essa questão para os membros de baixa patente.<sup>104</sup>

---

<sup>99</sup> Idem, Ibidem, pp. 120–2.

<sup>100</sup> Idem, Ibidem, p. 131.

<sup>101</sup> Idem, Ibidem, p. 136.

<sup>102</sup> Idem, Ibidem, p. 140-2.

<sup>103</sup> Idem, Ibidem, p. 136-7.

<sup>104</sup> Idem, Ibidem, p. 138.

É curiosa a associação que Saldanha da Gama fazia entre a suposta falta do hábito de trocar de roupas com a “índole” dos marinheiros, parte da tripulação formada por homens mais pobres e na maioria das vezes não-brancos, no anexo sobre a saúde. Isso porque em outra parte da narrativa, Gama aproveitava para difamar os mesmos marinheiros aos leitores da revista. No anexo número 3, a solução que o comandante dava para o problema comportamental era a separação dos maus elementos dos novos integrantes do corpo de marinheiros para não levá-los a terem “maus hábitos e vícios que se acham *eivados*”.<sup>105</sup> Caso não fosse possível separar os “maus” dos “bons”, Saldanha fazia a supracitada apologia à violência disciplinadora.<sup>106</sup>

Um texto dessa edição da *Revista Marítima Brasileira* que dialoga com parte da narrativa oficial de Saldanha, por mais que não fale de questões de disciplina na prática ou de saúde, é o chamado de “Escolas de Aprendizes Marinheiros”.<sup>107</sup> Ao pensar sobre as instituições que recebiam crianças e jovens para serem marinheiros, Vidal Oliveira argumenta que havia problemas para serem solucionados nestas escolas em prol de que a Marinha deixe de receber pessoas sem “preparo” e que muitos eram “indivíduos *eivados* de todas as mazelas inerentes à camada social de onde saem”.<sup>108</sup> Oliveira elenca um conjunto de problemas e soluções para a questão.<sup>109</sup> Segundo ele, conforme as questões elencadas fossem corrigidas, a Marinha brasileira conseguiria evoluir e chegar ao nível das grandes Marinhas estrangeiras.<sup>110</sup>

Vidal Oliveira, em seu texto, não está narrando uma viagem da Marinha como fez Saldanha da Gama. No entanto, ao falar dos marinheiros brasileiros, Vidal tenta evitar que pessoas “eivadas” entrem para a Marinha e impeçam a instituição de progredir. Por outro lado, Saldanha da Gama lidou na prática com as tais pessoas “eivadas” que já estavam na Marinha. Ele os tratou enquanto pessoas com uma “índole” duvidosa ao falar das questões de saúde, por exemplo, e sugeriu a separação entre aquilo que chamou de “bom” e “mau” elementos ao falar da disciplina. Por mais que ambos estivessem pensando a Marinha em questões distintas, a impressão que se tem é que ambos tratavam esses marinheiros, ou parte deles, como pessoas corrompidas ou perigosas.

Durante a década de 1880, período em que a que a viagem que Adolfo Caminha e Saldanha da Gama participaram ocorreu, a Marinha brasileira passou por mudanças em sua legislação disciplinar, como dissertado no primeiro capítulo da monografia. Em 1883, por

---

<sup>105</sup> Idem, *Ibidem*, p. 116. (grifos meus)

<sup>106</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>107</sup> OLIVEIRA, Vidal. Escolas de Aprendizes Marinheiros. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Comp. Ano 8, vol. 15, ns. 1 a 3, 1888, pp. 308-12.

<sup>108</sup> Idem, *Ibidem*, p. 308.

<sup>109</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 310-1.

<sup>110</sup> Idem, *Ibidem*, p. 312.

exemplo, os castigos físicos para disciplinar foram limitados por um decreto. No ano de 1889, um decreto baniu as punições físicas na instituição. Por outro lado, em 1890, a violência voltou e perdurou, legalmente falando, até 1910, ano da revolta dos marinheiros que ficou conhecida como Revolta da Chibata. Nesse mesmo contexto, a escravidão legal passava por mudanças também. Para exemplificar, em 1886 foi aprovada a lei da fim da pena dos açoites e, em 1888, o fim da escravidão.

Importante lembrar que na Marinha brasileira, ao longo do século XIX, perduraram os chamados Artigos de Guerra. Eles eram uma legislação específica para os castigos que os comandantes tinham a seu dispor para disciplinar os militares. Marinheiros e oficiais poderiam ser punidos, só que sem violência física, mas os segundos só poderiam ser disciplinados caso um oficial com uma patente maior que a do oficial infrator decidisse por isso. Nesse conjunto de leis, o artigo 80 era o mais utilizado para punir os membros de baixa patente.<sup>111</sup>

O artigo 80 dos Artigos de Guerra tratava especificamente de faltas disciplinares como a “embriaguez” e os “jogos excessivos”. Ele, além disso, falava da punição de delitos que, em nenhum artigo, tinham sido referenciadas na legislação em questão. A norma abria brechas ao apontar delitos “semelhantes” aos já citados, mas sem dizer quais eram especificamente. Ela citava diferentes tipos de militares que poderiam ser punidos, mas apenas os marinheiros e soldados é quem poderiam ser disciplinados por meio do açoite ou golpes de espada, desde que não se ultrapassasse o número de 25 por dia. Isso permitia que uma pessoa fosse castigada por dias seguidos, desde que não se ultrapassasse o limite citado. No geral, segundo a lei, “Oficiais Marinheiros, Inferiores e Artífices” e a “Marinhagem e soldados” eram passíveis da golilha, ser preso no porão e “perdimento da ração de vinho”.<sup>112</sup>

Em 3 de março de 1883, era publicado o decreto n. 8898, que especificava os castigos e as razões para aplicá-los nos membros de baixa patente da Marinha de Guerra. O historiador Álvaro Pereira do Nascimento argumenta que membros da Marinha com as maiores posições no comando estavam a par não só da negligência com os dados disciplinares, como com os excessos no momento de castigar. Surgiu assim, segundo ele, a necessidade de estabelecer um limite para isso. Nesse sentido, aparecera a legislação em questão.<sup>113</sup> Ela deixava explícito quais as faltas disciplinares e as punições correspondentes do (então vago) artigo n.º 80 dos Artigos de Guerra. Nenhum dos castigos poderia ultrapassar 25 chibatadas.<sup>114</sup> Nascimento argumenta

---

<sup>111</sup> NASCIMENTO, 2008, pp. 149–150.

<sup>112</sup> Idem, *Ibidem*, p. 151.

<sup>113</sup> Idem, *Ibidem*, p. 158.

<sup>114</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 158–9.

que esse decreto era um sinal de que os políticos e as “autoridades” preocupavam-se com os castigos sem moderação feitos por oficiais no comando. Isso, para ele, tinha ligação com as mudanças que ocorriam no contexto da segunda metade do século XIX.<sup>115</sup> Importante dizer que o historiador não investiga, contudo, os sujeitos por trás dessa lei ou discussões diretamente ligadas a ele previamente.

Em 1886, uma nova legislação para limitar um aspecto da escravidão surgiu. Dessa vez por lei e não por decreto. Em 15 de outubro de 1886, foi aprovada a lei de nº 3.310 que tratava da retirada da Justiça a possibilidade de condenar um escravizado para ser açoitado. Por outro lado, houve a manutenção desse mesmo castigo por parte dos senhores, desde que de forma “moderada”. Sobre isso, o historiador Ricardo Pirola argumenta que “a escravidão encolhia, mas resistia em abrir mão de mecanismos considerados essenciais para a manutenção da ordem.”<sup>116</sup> Os anos 1880 ficaram então marcados por discussões sobre a aplicação de castigos físicos tanto para os escravos quanto para outras categorias.

Nesse contexto de debate político, o projeto do político Ignácio Martins para o fim da pena de açoite, entre outras coisas, teve essa punição questionada por um outro político, Lourenço Albuquerque do Partido Liberal. O homem considerou injusto que escravizados não fossem condenados ao açoite, enquanto os militares continuavam sujeitos a ele.<sup>117</sup> Cabe citar que a lei de 15 de outubro de 1886 não fala sobre revogar castigos na Marinha e nas Forças Armadas. Ela somente revogou o açoite como sentença para escravizados.

Na prática, o decreto de n.º 8898, de 3 março de 1883, não conseguiu controlar os castigos excessivos da maioria dos comandantes da Marinha. Uma parte deles seguia fortemente a legislação punitiva. Boa parte, no entanto, só a seguia parcialmente e, depois, a extrapolava.<sup>118</sup> Saldanha da Gama, enquanto um oficial da Marinha que mantinha o controle sobre a tripulação da viagem aos Estados Unidos foi um exemplo disso, a ponto de não ter ressalvas em colocar isso em seu relatório e, nem mesmo, publicá-lo na imprensa militar.

### 2.3.O relato de viagem de Adolfo Caminha: *No País dos Ianques*

Escrito originalmente no Ceará e publicado em periódico da região<sup>119</sup> em 1890, o relato da viagem de 1886 aos Estados Unidos feito por Adolfo Caminha foi publicado em livro no ano

---

<sup>115</sup> Idem, *Ibidem*, p. 159.

<sup>116</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>117</sup> Idem, *Ibidem*, p. 30.

<sup>118</sup> NASCIMENTO, 2008, pp. 159–160.

<sup>119</sup> O periódico em questão, chamado de *O Norte*, não consta disponível na Hemeroteca Digital Brasileira.

de 1894 no Rio de Janeiro quando o escritor, havia saído da Marinha.<sup>120</sup> Naquele momento, ele já havia publicado o seu livro naturalista *A Normalista*, de 1893. Por falta de disponibilidade da publicação inicial da fonte, a que será analisada é a edição em livro. Na introdução do livro, feita em 1893, anos depois da escrita original dos capítulos para o jornal, Caminha diz que seu objetivo é "reproduzir" de forma concisa e exata aquilo que vivenciou em sua viagem em direção aos EUA quando ainda fazia parte da Marinha de Guerra brasileira.<sup>121</sup>

No capítulo 1, somos introduzidos ao começo da viagem em que o corpo de militares presente na embarcação vai em direção aos EUA. Os marinheiros encontram-se a postos trabalhando na noite chuvosa, não fica explícito onde estão os oficiais da embarcação. A viagem é monótona no mar, segundo Caminha. Logo mais, eles ancoram momentaneamente em Pernambuco e Caminha tem a oportunidade, junto dos outros "guardas-marinha" de conhecer a região, incluindo uma prisão local e seus prisioneiros. Neste aspecto, ele pretende "nada mais que reproduzir, com a possível exatidão, o que vi, somente o que vi nessa interessante viagem ao país dos ianques" e procura "ser espontâneo e simples, natural e lógico, evitando exageros de observação e o estilo rebuscado e palavroso dos que, à fina força, pretendem transformar a literatura numa simples arte mecânica de construir frases ocas e coloridas."<sup>122</sup>

Caminha, no capítulo 2, em Barbados, ao entrar em contato com o pessoal de Barbados, além de analisar a arquitetura e a pobreza da região, caracteriza a população pobre e negra enquanto "vadia" e outros nomes pejorativos, isto devido ao desejo desta por obter dinheiro dos marinheiros e oficiais. Isto é, nem todos os locais que Caminha visitou na viagem são vivenciados de forma positiva pelo autor. Essa percepção negativa é atrelada a um julgamento racial de pessoas não-brancas. Importante reforçar que a própria parte da tripulação de baixa patente era formada por pessoas negras e, o próprio protagonista de *Bom Crioulo*, era um homem negro.

Certos oficiais, no capítulo 3, incluindo o próprio Caminha, estão preocupados em praticar a língua inglesa para conseguirem se comunicar bem nos Estados Unidos, pois o que haviam aprendido por fora e na própria Escola Naval não era o suficiente. Desta forma,

Desde logo entramos, de combinação, em "sérios" estudos do idioma inglês praticando uns com os outros, compulsando manuais de conversação, decorando significados, preparando-nos, enfim, da melhor forma, para retribuir gentilezas, captar amizades, responder a todas as perguntas que nos fossem feitas à queima roupa. *Sim*,

---

<sup>120</sup> Biografia Caminha, p. 89. A editora responsável pela publicação foi a Livraria Moderna, pelo editor Domingos de Magalhães. É a mesma companhia e o mesmo editor responsáveis, no ano de 1895, pela publicação de *A Normalista*, 1893, e a obra mais conhecida de Caminha: *Bom Crioulo*, 1895.

<sup>121</sup> CAMINHA, 1894, pp. 5–10.

<sup>122</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 9–10.

*porque tudo quanto havíamos aprendido teórica e praticamente na Escola, não era bastante. Faltava-nos a facilidade, o traquejo da palavra estrangeira, que havíamos de adquirir à força de vontade e aplicação assídua.*<sup>123</sup> (grifos meus)

Não são citados os marinheiros e suas ações. A Escola que ele faz referência é a Escola Naval, a que formava (e ainda forma) os futuros oficiais, como o próprio escritor. Caminha enquanto oficial, ao entrar em contato com a Jamaica, relembra o Brasil devido à flora da região; também julga a população em geral positivamente, pois mesmo sendo mais pobres que Barbados, a ilha, segundo ele, se mantém "educada" por não tentar roubá-los etc.

Prosseguindo, no capítulo 4, os aspirantes a oficiais (guardas-marinha) dormiam em um pequeno compartimento na popa junto de suas camas, malas e livros, assim, "Os guardas-marinha alojavam-se à popa num acanhadíssimo compartimento que mal os comportava. Aí tinham suas camas, suas malas e seus livros"<sup>124</sup>; a guarnição (não inclui o comandante e oficiais) ficou responsável por diversas tarefas de organização e limpeza do navio, desta forma, "A guarnição da bateria ocupava-se da limpeza das peças, colocando-as em posição, abrindo e fechando culatras, lixando-as, lubrificando-as enquanto o fiel ia distribuindo o cartuchame."<sup>125</sup> Há, assim, entre o capítulo 3 e o 4, um contraste entre a rotina de trabalho dos aspirantes ao oficialato e os marinheiros que compunham a tripulação sem, até aquele ponto da narrativa, problematizar isso. Enquanto o primeiro grupo está focado em estudar e se preparar para as interações com os estrangeiros, os membros de baixa patente, no relato, estão sendo direcionados a trabalhar e a organizar toda a embarcação.

Ao falar dos marinheiros presentes no Cruzador Barroso, no capítulo 5, Caminha caracteriza esses trabalhadores responsáveis da organização da embarcação enquanto disciplinados e associa este comportamento ao Comandante Saldanha da Gama, pois os marinheiros que trabalhavam para ele tinham a reputação de serem obedientes:

A guarnição do Almirante Barroso, disciplinada e obediente como todas as que serviam sob as ordens do comandante Saldanha, primava pelo asseio, pela ordem, pela destreza e pela atividade. Não se lhe pode fazer maior elogio. Cada marinheiro era como uma máquina pronta sempre ao menor impulso.<sup>126</sup>

No próximo capítulo, Caminha explica o porquê da marinhagem ser tão prestativa: a "prepotência" e "arbítrio" de Saldanha da Gama quando que se tratava de castigá-la. E aproveitando a deixa, o escritor, enquanto aspirante a oficial, destacava ser contra o castigo da chibata por entender que este mais atrapalhava que ajudava no cotidiano da embarcação. Para

---

<sup>123</sup> Idem, Ibidem, p. 40.

<sup>124</sup> Adolfo Caminha, Ibidem, p. 44.

<sup>125</sup> Idem, Ibidem, p. 45.

<sup>126</sup> Idem, Ibidem, p. 48.

que o seu leitor pudesse entender tal violência, ele cita a obra de Júlio Ribeiro, *A Carne*. Assim, ele diz ter sempre se manifestado

contra esse bárbaro castigo que avilta e corrompe em vez de corrigir. Um castigo de chibata é a coisa mais revoltante que já tenho visto, mormente quando é mandado aplicar por autoridade desumana, sem noções do legítimo direito que a cada homem assiste, quem quer que ele seja, soldado ou pária.<sup>127</sup>

Caminha também faz referência a um conto publicado por ele na *Gazeta de Notícias* anos anteriores, no qual critica explicitamente a violência disciplinadora presente na Marinha de Guerra. As reações negativas de seus colegas oficiais é destacada da seguinte forma:

Alguns de meus companheiros taxaram-me de imprudente e "indiscreto". Outros levaram seus conselhos até à minha inexperiência de adolescente indisciplinado. Todo o mundo julgou-se com direito a censurar meu procedimento: "que roupa suja deixa-se ficar em casa; que a chibata era um castigo imprescindível", e outros arrazoados sofrivelmente banais.<sup>128</sup>

Por outro lado, o autor termina o capítulo com um tom positivo ao dizer que em comparação com "outros tempos" e o da escrita do livro, outras pessoas passaram a se posicionar contra o supracitado uso dos castigos.

Como dito no capítulo 1 desta monografia, ao ser pesquisado na Hemeroteca Digital Brasileira, tal conto publicado na década de 1880 não pôde ser encontrado. Embora haja uma menção à publicação de uma história escrita por Caminha com um nome bem sugestivo no suplemento literário da *Gazeta de Notícias*: "A Chibata", o material não foi encontrado.<sup>129</sup> Importante dizer que esta parte extra do jornal não se está disponível na edição em questão que supostamente conteria o conto. Ao ser analisada outras edições, o conto não foi encontrado. Tentei encontrar na bibliografia e em livros, mas não consegui. No entanto, mesmo sem ter acesso à narrativa em questão, há algo importante a ser dito: o tema do castigo físico está na cabeça do autor e ele voltou a ele mais de uma vez.

No capítulo 6, Caminha discorre sobre quem é Saldanha da Gama aos olhos de dele: é um comandante "ilustre", mas que, em compensação, é "prepotente" e por mais que os Artigos de Guerra permitissem-lhe castigar fisicamente os marinheiros "indisciplinados", ele regularmente ultrapassava o limite de 25 de chibatadas, chegando ir até 2 centenas destas. Assim, dele o descreve:

temperamento atrabiliário, sanguíneo, nervoso, *sujeito a transições bruscas, inesperadas, impetuosas e violentas*, o ilustre marinheiro [Saldanha da Gama], espírito eminentemente ilustrado, não sabia, entretanto, guardar a necessária calma quando devia aplicar as penas do código.

---

<sup>127</sup> Idem, *Ibidem*, p 48.

<sup>128</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 50-51.

<sup>129</sup> Suplemento literário. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19/01/1886, p. 1.

[...] o comandante Saldanha pouquíssimas vezes castigava conforme a lei. Colocava acima dela seus caprichos inexplicáveis, sua natureza rancorosa, sua vontade suprema. *Não trepidava, e isto é sabido, em mandar açoitar com duzentas chibatadas uma praça qualquer, tal fosse o delito cometido.* A um simples olhar seu as guarnições tremiam como caniços. A qualidade característica desse ilustre oficial era ser *arbitrário e prepotente*. Por isso a guarnição do Almirante Barroso corria a seus postos, em ocasião de manobra, com a velocidade duma seta.<sup>130</sup> (grifos meus)

Ao chegarem próximo à Nova Orleans, os marinheiros passam a noite fazendo diversos serviços no navio antes que fossem recebidos pela população, imprensa e diplomatas: "durante quase toda à noite a guarnição ocupara-se em colher cabos, esfregar a amurada e baldear o costado."<sup>131</sup> Chegando efetivamente em Nova Orleans, como discorrido no sétimo capítulo do relato, os oficiais puderam sair da embarcação e instalaram-se em hotéis confortáveis, bem diferentes dos espaços apertados do cruzador:

O St. Charles Hotel, *um dos melhores estabelecimentos* da cidade, e o Royal Hotel — *primeiro em luxo e ornamentação* — eram procurados avidamente [pelos oficiais]. [...] Uma vez instalados nos hotéis, *cada um de nós em seu vasto aposento, onde nada faltava*, tão diferente dos estreitos camarotes de bordo, dividimo-nos em grupos.<sup>132</sup> (grifos meus)

Após o estabelecimento no hotel, Caminha e outros oficiais têm a oportunidade de conhecer diversos lugares da cidade. Já na exposição, que ocorria em um espaço fora da cidade de Nova Orleans, Saldanha da Gama, o comandante, é um dos que discursam representando o Brasil, além de Salvador de Mendonça. Os marinheiros não são citados, fica subentendido que continuaram dormindo e trabalhando no cruzador enquanto os oficiais desfrutavam de um espaço de luxo.

Depois o evento da exposição, no oitavo capítulo da obra, os membros da embarcação, incluindo Caminha, e sem especificar se os marinheiros estão presentes, apresentam o cruzador à população curiosa. Enfim, os oficiais, sem especificar novamente se os marinheiros estão incluídos, comparecem em um evento social (baile) em um hotel de luxo, Royal Hotel, organizado pelo governador do estado de Luisiana. Compareceram na ocasião civis e militares. E evitando se envolver com mulheres por medo de eventuais complicações legais, como serem forçados a se casar, a oficialidade tenta se conter:

informados de tais particularidades do caráter americano, nós, brasileiros, *pusemos um dique ao nosso temperamento de meridionais*, evitando o mais possível os compromissos amorosos, as manifestações de simpatia por essas adoráveis ladies, que, a falar verdade, infligiam-nos os maiores suplicios com o maravilhoso poder de suas qualidades físicas.<sup>133</sup> (grifos meus)

---

<sup>130</sup> CAMINHA, 1894, pp. 53-54.

<sup>131</sup> Idem, Ibidem, p. 59.

<sup>132</sup> Idem, Ibidem, p. 65.

<sup>133</sup> Idem, Ibidem, p. 92.

São citados dois passeios feitos, durante o nono capítulo: o primeiro é em direção à foz do Rio Mississippi, no qual vão em uma embarcação bastante confortável e com a presença do comandante do cruzador, alguns oficiais e aparentemente todos os guardas-marinha. Os marinheiros, mais uma vez, não estão incluídos. O segundo é a ida a uma missa na qual toda a "guarnição" (não oficiais) se faz presente. Fora estes dois eventos, Caminha diz que eles puderam estar nos mais diversos encontros sociais, inclusive, no próprio cruzador. Mas a presença dos marinheiros não é citada nestes outros eventos. E entre um passeio e outro, um marinheiro morre (não é citada a causa), mas diz-se que é um idoso de 60 anos que fazia parte da Marinha desde muito cedo. Logo mais, ele é enterrado nos EUA. Além do enterro com a bandeira do Brasil sobre o seu corpo, nada mais foi feito a ele que tenha sido citado. A sua função era de "cozinheiro da proa":

Eis que, de repente, uma nota dissonante e sombria chamou-nos à realidade pungente da vida humana: morrerá um nosso companheiro de bordo, o Leocádio..., que digo eu? Um desses heróis anônimos que usam gola ao pescoço, um pobre marinheiro que a fatalidade arrebatou de sua terra natal para morrer tísico em país estranho. [...] Fez-se o enterro com todas as honras devidas ao *obscuro soldado e velho marinheiro, nascido, por assim dizer, sobre o mar e educado na escola das tempestades. Tinha sessenta anos. Era o "cozinheiro da proa"*, sobre o seu corpo foi estendida a bandeira nacional brasileira como símbolo da pátria reconhecida.<sup>134</sup> (grifos meus)

Próximo de partir, o autor discorre no décimo capítulo que a Marinha participa de um último baile em Nova Orleans. Caminha, trajado de guarda-marinha e durante o evento, acaba se aproximando de uma "créole" (Caminha descreve-as enquanto uma "mistura" de canadenses com franceses), mas não descreve maiores detalhes desta relação passageira e sugestiva além de citar um passeio feito por ambos.<sup>135</sup> Em compensação, narrado de forma teatral, um jovem oficial chamado "Manuel" acabou envolvendo-se intimamente com uma mulher chamada Eva durante a estadia destes na região. Com ambos sofrendo com a eventual partida um do outro, que Manuel apenas conta próximo da ida, Eva é logo deixada para trás:

O jovem oficial de marinha, moço de bela aparência e excelente coração, apaixonara-se por uma Eva Smith muito conhecida nos cafés-concertos de Nova Orleans. Até aqui nada mais natural. Ela vira-o uma vez diante de um bock, seus olhos se encontraram, e, desde logo, Manuel ficou sendo a menina dos olhos de Eva. *Amaram-se por muitos dias, gozaram todas as delícias imagináveis*, ele proibiu-a de andar nos cafés, ela proibiu-o de olhar para outras raparigas, e assim corresponderam-se de comum acordo, sem que nunca houvesse entre eles a menor desavença.<sup>136</sup> (grifos meus)

---

<sup>134</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 101-102.

<sup>135</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 110-112.

<sup>136</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 113.

Chegando a Havana, Cuba, na narração do décimo primeiro capítulo, e recebidos por um diplomata brasileiro, Caminha faz um passeio a uma região florestal e uma gruta do país, mas não especifica se os marinheiros estavam incluídos no passeio. Na próxima parte do relato, chegando em Nova York, e após serem recebidos por um diplomata brasileiro, Caminha e outros, sem especificar se os marinheiros estão incluídos, podem aproveitar para passear em alguns locais sob a orientação de Saldanha. Aliás, o comandante "ilustre" e "curioso" é descrito enquanto alguém que agrega para que a viagem dos oficiais aspirantes na região seja o mais proveitosa possível por ter conhecimentos além daqueles provenientes do meio militar. Isto é, Saldanha, segundo Caminha, é mais que um agressor de marinheiros:

Quando se tem a felicidade relativa de viajar sob o comando de um oficial *ilustrado* e *curioso* como o Sr. Saldanha da Gama, cujos conhecimentos não se restringem à navegação é à artilharia, o aproveitamento é certo. *Ele não é somente um superior hierárquico — faz-se mestre e sabe proporcionar aos seus subalternos a maior soma possível de excursões úteis e proveitosas.*<sup>137</sup>

Ele também diz que boa parte dos oficiais que viajam não têm viagens longas, e concorda parcialmente com a ideia de que, em seu tempo livre, os oficiais costumam visitar prostíbulos ("conventilhos") e "cafés-cantantes". Assim, as histórias acerca de suas viagens que eles costumam contar posteriormente aos amigos são de cunho "amoroso":

Um estrangeiro já teve a coragem de dizer que os oficiais de marinha brasileiros levavam o tempo, na Europa, a freqüentar os *conventilhos* e os cafés-cantantes. Até certo ponto isso é verdade. Em geral eles [os oficiais] pouco conhecem dos países que têm visitado, a não ser em assuntos de sua profissão, e as suas narrativas entre amigos limitam-se quase sempre a recordações de aventuras amorosas.<sup>138</sup>

O que vai de encontro com o que foi narrado no capítulo 10, no qual o próprio Caminha faz um passeio com uma "créole" à noite, mas não dá maiores detalhes sobre e o próprio envolvimento de Manuel com a tal Eva do café-concerto.

Na décima terceira parte do relato, os oficiais e aspirantes ao oficialato, incluindo Caminha, têm a oportunidade de conhecer Nova York e regiões próximas à cidade, enquanto a "guarnição" limpa de forma dedicada o cruzador em sua parte externa:

Dias depois da nossa chegada, o Barroso entrou para o dique de Brooklin, afim de sofrer alguns reparos no casco. Enquanto isto se dava, enquanto a guarnição ocupava-se da limpeza externa do cruzador, com o cuidado, com o desvelo e com o carinho mesmo de amigos dedicados, [nós oficiais] íamos visitando outras cidades americanas, ligeiramente, de relance.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> Adolfo Caminha, *Ibidem*, p. 136-137.

<sup>138</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 136.

<sup>139</sup> Adolfo Caminha, *Ibidem*, p. 153.

Assim, o autor descreve as suas impressões dos mais variados locais que eles puderam visitar e ressalta a "grandeza" dos Estados Unidos enquanto um país moderno. Em Baltimore, os oficiais são recebidos pelo diplomata da região e lhes é oferecido um "delicadíssimo almoço".

Na décima quarta parte, com o cruzador ainda sendo limpo pela guarnição, estava no "dique", como descobrimos no próximo capítulo, o número 15, Caminha e oficiais têm a oportunidade de conhecer a cidade de Anápolis ainda em terras estadunidenses. Para o autor, o que há de interessante no local é apenas a Escola Naval estadunidense, pois a cidade é bastante atrasada, para ele. Caminha chega a compará-la com Barbados, que mesmo sendo bastante periférica, enquanto a segunda sendo muito melhor a cidade estadunidense.<sup>140</sup>

Durante a narração da décima quinta parte, com o cruzador ainda sendo limpo pela guarnição no Brooklin, um ansioso Caminha, sem incluir marinheiros no processo, e outros visitam West Point de carona com um cruzador da Marinha estadunidense. Lá eles têm a oportunidade de conhecer melhor a cidade e também a Escola Militar (exército) da região, onde são bem recebidos por oficiais e alunos.<sup>141</sup>

No último capítulo, após quase um ano desde que a viagem se iniciou e com saudades do Brasil, Caminha e o resto do pessoal voltam ao Brasil. O autor diz que todos, se não fosse pela morte do marinheiro (citada no capítulo 09), voltariam com bastante "esperança". Assim, ele diz que

Não fora a perda de um companheiro em Nova Orleans e *voltáramos todos, sem faltar ninguém, sadios e fortes, cheios de impressões novas e cheios de esperança.* Voltávamos, sim, mas tínhamos deixado atrás, em terra estrangeira, num cemitério de Nova Orleans, um dos nossos camaradas.<sup>142</sup>

#### 2.4. Contrapontos nos relatos de Saldanha da Gama e Adolfo Caminha acerca do cotidiano de trabalho

Ao publicar o seu relatório na *Revista Marítima Brasileira*, Saldanha da Gama estava tendo como público leitor preferencial os seus pares militares. E, antes mesmo deles fazerem essa leitura, no mínimo, o diretor da revista<sup>143</sup> faria uma avaliação antes de ser publicado. Apesar da fala críminosa, como falado no segundo subtópico, acerca do número de chibatadas, essa não mereceu corte ou adaptação para um número legalmente aceitável.

---

<sup>140</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 161-166.

<sup>141</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 167-173.

<sup>142</sup> Idem, *Ibidem*, p. 177.

<sup>143</sup> Lima Barros, então Primeiro Tenente e diretor do periódico. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Comp. Ano 8, vol. 15, ns. 1 a 3, 1888, p. 1.

No entanto, ao comentar sobre as práticas militares com uma metralhadora, o comandante, segundo a sua fala, disse ter fugido do manual feito para protocolar o seu uso e treino. A justificativa dada é que era necessário gente demais para usá-la, o que impedia, segundo ele, o correto seguimento do protocolo naquele momento. Ocupando um terço de uma página e metade da próxima, o diretor do periódico, que disse ter participado da confecção do manual de utilização da arma em questão, contrapõe a fala do capitão Saldanha para defender o método de uso do armamento.<sup>144</sup>

Acerca da violência disciplinadora e da figura de Saldanha da Gama, o comandante, no relato de Caminha, aparece enquanto alguém violento e bastante disciplinador, capaz de dar centenas de chibatadas em um marinheiro para discipliná-lo, como discorrido no terceiro subtópico, enquanto que, no relatório, Gama se mostra aos seus pares militares como um homem que moderadamente, apesar de ser algo criminoso, não ultrapassava 50 golpes de chibata. Isso foi o suficiente para não ser criticado, nem mesmo por nota de rodapé como no caso do uso da metralhadora. A violência era algo tão normalizado que o seguimento de um protocolo para um arma era algo mais importante a ser confrontado pelo diretor da revista do que práticas abusivas e criminosas contra marinheiros.

Os falecimentos nas viagens também deixam escapar as diferentes naturezas dos relatos de Caminha e Gama: primeiramente, o escritor relata apenas uma morte e o comandante, três. O modo de comentar sobre esse assunto também difere: Caminha o faz de modo sentimental, já Saldanha da Gama, por outro lado, o faz de forma direta em formato de relatório técnico. O escritor aponta a morte de um cozinheiro chamado Leocádio, de 60 anos e o comandante, entre as três mortes apontadas, também o faz, mas o nome dele no relatório é “João da Cruz”.<sup>145</sup> Com a passagem do tempo, supõe-se que Caminha pode ter se esquecido do nome do companheiro ou queria poupá-lo da exposição.

A questão da morte em ambas as fontes principais desse capítulo é um assunto que permite encontrar divergências claras e significativas. Fosse por escolha ou falta de conhecimento, Adolfo Caminha, ao não ser julgado por seus superiores e pares militares, teve a liberdade ou, caso não soubesse das outras duas mortes, a possibilidade de ser ignorante no entorno do que ocorreu na viagem aos Estados Unidos e em seu relato comentar sobre apenas uma morte de marinheiro. Ao contrário de Saldanha da Gama que, enquanto o comandante do trajeto, precisava estar a par de diversos assuntos cotidianos e militares para, além de manter o

---

<sup>144</sup> No anexo 02, acerca da divisão de trabalho e práticas militares em GAMA, 1888, pp. 106–8.

<sup>145</sup> Idem, *Ibidem*, p. 135.

controle no dia a dia, também poder relatar aos seus superiores quando voltasse por meio de seu relatório e, aos seus outros pares militares, na *Revista Marítima Brasileira*. O que incluiu o relato das três mortes de membros da baixa patente.

### 3. CAPÍTULO III: “MARINHEIRO E NEGRO CATIVO, AFINAL DE CONTAS, VÊM A SER A MESMA COISA”: A VIOLÊNCIA NA MARINHA BRASILEIRA POR ADOLFO CAMINHA (1894–5)

No capítulo anterior foram analisados dois relatos feitos sobre a viagem de instrução da Marinha brasileira em direção aos Estados Unidos para a formação dos aspirantes ao oficialato, ocorrida em 1886. Saldanha da Gama e Adolfo Caminha, ocupando posições diferentes na instituição e na viagem, relatavam a experiência e o cotidiano da missão. Ambos relatos nos ajudam a compreender as visões construídas a partir de perspectivas sociais diferentes acerca de temas como a dinâmica entre marinheiros e oficiais e a violência institucionalizada na Marinha. De um lado, o comandante Saldanha da Gama reporta aos seus pares, outros militares, o dia a dia da viagem. De outro, o jovem Caminha com um relato visando o amplo público e retoma nele temas que lhe são caros, como os castigos físicos aplicados na organização.

Se em 1894 Caminha narrou a experiência a bordo de uma embarcação da Marinha em um relato de viagem, *No País dos Ianques*, no ano seguinte, 1895, ele retoma o cotidiano da Marinha brasileira – e suas mazelas – por meio da publicação do livro *Bom Crioulo*<sup>146</sup>. Contudo, o tipo de produção textual escolhido por ele dessa vez foi um romance. Dizendo eu queria "nada mais que reproduzir, com a possível exatidão, o que vi, somente o que vi nessa interessante viagem ao país dos ianques", ele afirmava procurar "ser espontâneo e simples, natural e lógico, evitando exageros de observação e o estilo rebuscado e palavroso dos que, à fina força, pretendem transformar a literatura numa simples arte mecânica de construir frases ocas e coloridas."<sup>147</sup> A nova obra contava agora com personagens ficcionais como seus agentes e não mais o Caminha e seus pares militares reais.

A história criada por ele aborda o desenrolar da vida de um marinheiro negro chamado Amaro a partir de sua entrada na instituição militar quando fugia da escravidão e foi pego pela Marinha. A sua admissão representava para ele alcançar a liberdade. Enquanto um escravizado, Amaro não deixou de comparar o trabalho que exercia nas fazendas com aquele que realizava enquanto um aprendiz na Marinha: ali ele pôde, enfim, se sentir livre diante da falta de um “dono” e usufruir de benefícios que o novo serviço lhe proporcionava: comida, moradia e salário (ou soldo).<sup>148</sup> No decorrer da obra, contudo, essa ideia de ter se tornado

---

<sup>146</sup> CAMINHA, Adolfo. *Bom Crioulo*. Cotia: São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

<sup>147</sup> CAMINHA, Adolfo. *No País dos Ianques*. Livraria Moderna, Rio de Janeiro, 1894, pp. 9-10.

<sup>148</sup> “A disciplina militar com todos os seus excessos, não se comparava com ao penoso trabalho da fazenda, ao regime terrível do tronco e do chicote. Havia muita diferença... Ali ao menos, na fortaleza, ele tinha sua maca, seu travesseiro, e comia bem, a faltar, como qualquer pessoal.” Adolfo Caminha, 2014, p. 85.

supostamente livre passa a ser questionada conforme direitos humanos básicos passam a ser violados pelos militares oficiais.

Para além de Amaro, há um outro personagem admitido como marinheiro que recebe bastante destaque na obra. Ele se chama Aleixo, um garoto branco de 14 anos que, em razão das baixas condições econômicas da família, é enviado para a organização. Ele, assim que entra, se torna alvo de interesse do protagonista.<sup>149</sup> Apesar de ambos estarem no baixo escalão militar, e sem ter perspectiva alguma de se tornarem oficiais, as diferenças de idade, de raça e de personalidade vão influenciar no tratamento recebido por ambos pelos oficiais da Marinha presentes na história. Desde à questão de rotina de serviço, à disciplinarização e às folgas de serviço.

No momento da escrita do romance, Adolfo Caminha, estava vivendo no Rio de Janeiro, sem mais trabalhar para a Marinha brasileira, da qual saiu após conquistar o título de oficial com o fim da viagem de 1886 aos EUA. A partir de 1892, ele estava trabalhando para o Tesouro Nacional e também conseguia uma renda com os seus escritos literários e com a participação na imprensa.<sup>150</sup> Entre 1893 e 1895, ele publicou obras como um romance naturalista chamado *A normalista*, análises literárias na *Gazeta de Notícias* e, nos anos de 1894 a 1895, o relato de viagem em livro, *No País dos Ianques*. Em 1895, vinha a público seu penúltimo romance, *Bom Crioulo*. Nesse sentido, apesar de ter saído da instituição militar, as suas experiências por lá vividas não saíram de suas produções textuais, fosse por meio de relato, fossem através do romance. Vários dos temas surgidos no relato sobre a viagem aos Estados Unidos voltariam no romance, entre eles a violência e os castigos físicos nos marinheiros.

Por voltar ao tema da violência institucionalizada depois de *No País dos Ianques*, de 1894, de forma explícita, vê-se uma interpretação crítica acerca do tema sendo construída por Adolfo Caminha tanto em seu relato de viagem quanto em sua obra ficcional, *Bom Crioulo*, de 1895. Nesse capítulo, objetiva-se compreender como as ideias do escritor sobre a temática aparecem nos dois textos, de gêneros diferentes.

Ao analisar *Bom Crioulo*, o crítico literário Brito Broca argumenta que a homossexualidade<sup>151</sup> na obra era algo quase inédito na ficção, sendo antecedida pelo lusitano *Barão de Lavos*, em 1891. No entanto, o romance naturalista de Caminha não poderia ser

---

<sup>149</sup> O narrador compara a atração sentida por Amaro em relação a Aleixo com aquela sexualmente sentida normalmente pelo “homem em relação à mulher” ou “o macho às fêmeas” Cf. Adolfo Caminha, op. cit., p. 91.

<sup>150</sup> AZEVEDO, Sânzio de. *Adolfo Caminha: vida e obra*. Fortaleza: EUFC. 1999, p. 77.

<sup>151</sup> Brito Broca chama a homossexualidade de “homossexualismo”, isto é um fator importante quando dialogado com outros adjetivos que ele usa para se referir a esta sexualidade: “chaga viva”, “anomalia social” e “estigma coridonesco”. Para o autor, isto era um problema e não algo normal.

resumido a esse tema, pois, para Broca, este era um “estudo” e uma obra de “cena de costumes” sobre a vida no mar dos membros da Marinha e da região carioca da Rua da Misericórdia, local do sobrado da personagem Carolina.<sup>152</sup> O crítico chega a dizer que Caminha “transpôs” as suas experiências enquanto membro da Marinha para o romance.<sup>153</sup>

O pesquisador Robert Howes, por outro lado, investiga quais as inspirações que Adolfo Caminha teve para criar a obra *Bom Crioulo*. Ele argumenta que as vivências do escritor na Marinha influenciaram na criação, mas vai além: ele parte da obra e vai para elementos externos a esta. Desta forma, o estudioso encontra questões concretas que dialogam com a obra, como notícias de membros do meio militar que se assemelham ao conteúdo da obra e que foram publicadas em periódicos e outros meios de circulação que o escritor provavelmente teve acesso.<sup>154</sup> Como Eça de Queiroz que, com seu realismo na literatura, dialogou e inspirou o naturalismo de Adolfo Caminha.<sup>155</sup> Howes também cita a tragédia greco-romana, que inspirou obras literárias desde a Antiguidade, como um referencial teórico do escritor.<sup>156</sup>

Já Leonardo Mendes investiga o gênero literário de *Bom Crioulo*, uma vez que o próprio Adolfo Caminha classificou a sua obra como “naturalista”. Contudo, o pesquisador percebe padrões distintos de narração no romance. Segundo ele, os capítulos focados em Aleixo são de um narrador que se assemelha a um cientista imparcial que observa a tudo, como em *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo. Porém, aqueles focados em Amaro lhe permitiram argumentar duas coisas: em primeiro lugar, uma narração que se assemelha ao gótico, no sentido de conter espaços em decadência e cheios de mistérios. É este mesmo gótico que irá trazer a ruína não só do cientificismo e naturalismo, como também da própria homossexualidade de Amaro e, conseqüentemente, a sua relação com Aleixo, a partir da segunda metade da trama.<sup>157</sup> E, em segundo lugar, o pesquisador também argumenta que Caminha constrói a figura de Amaro – e sua homossexualidade – de forma empática. Ele pôde perceber isto ao reparar na utilização da voz que é dada ao protagonista através de uma técnica próxima ao discurso indireto livre e, ao expor os pensamentos do marinheiro por meio da narração, o próprio protagonista entende, ao menos na primeira metade da trama e ao final, que a sua sexualidade é algo que, em suas

---

<sup>152</sup> BROCA, Brito. Bom-crioulo. In: BROCA, Brito. *Horas de leitura: 1ª e 2ª séries*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992, pp. 195-6.

<sup>153</sup> Idem, *Ibidem*, p. 195.

<sup>154</sup> HOWES, Robert. Raça e sexualidade transgressiva em Bom-Crioulo de Adolfo Caminha. *Graphos. Revista de Pós-Graduação em Letras*. João Pessoa: UFP, vol. 7, n. 2/1, pp. 176-180.

<sup>155</sup> Idem, *Ibidem*, p. 181.

<sup>156</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>157</sup> MENDES, Leonardo. As ruínas da homossexualidade: o gótico em Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha. *LusoBrazilian Review*, Madison, University of Wisconsin (EUA), vol. 41, n. 1, p. 56-70, 2004, p. 57-8; 66.

próprias palavras, “não tem remédio”: é algo natural e prévia ao confinamento frequentes nas embarcações.<sup>158</sup>

Anselmo Alós investiga, por sua vez, como aqueles aspectos ligados ao corpo, entre eles gênero e sexo, aparecem em *Bom Crioulo*. Segundo ele, a relação entre Amaro e Aleixo só é possível na trama por conter uma dinâmica das relações heterossexuais. Isso porque há o sujeito e há o objeto afetivo, nos quais Amaro se encaixa no primeiro e Aleixo no segundo, com a sua passividade.<sup>159</sup> Ele também constata que Carolina, a mulher dona do prédio que hospeda Amaro e Aleixo nos momentos de folga e que inicia, depois, um relacionamento com o Aleixo, foge do esperado ao ser uma mulher masculinizada e que, por exemplo, é uma figura que quer “deflorar” o jovem Aleixo ao partir do pressuposto de que ele ainda é um garoto virgem, pois, para ela, sexo entre homens não seria algo que tiraria a virgindade de alguém.<sup>160</sup> O pesquisador conclui que o final da obra é moralizante ao terminar mal para os personagens que não eram moralmente aceitáveis à sociedade de então.<sup>161</sup>

Carlos Eduardo Bezerra, em “Literatura e compromisso social na obra de Adolfo Caminha”<sup>162</sup>, se distancia dos pesquisadores previamente citados. Isso por que ele compreende a obra *Bom Crioulo* por outro aspecto: a busca por posicionamentos sociais de Adolfo Caminha a partir de sua obra e vida. Em sua pesquisa, Bezerra encontrou críticas abolicionistas em *Bom Crioulo* e afirmou que alguns dos episódios da vida pessoal de Caminha, como sua apreciação das obras do romancista Cruz e Souza, famoso poeta negro, como destacado em suas *Cartas Literárias*, outra obra de Caminha.<sup>163</sup> Por fim, Bezerra também diz haver posicionamentos do autor naturalista contra os castigos corporais presentes na Marinha tanto em *Bom Crioulo*, como em *No País dos Ianques* e mais uma vez busca episódios da vida do autor quando ainda estava na supracitada escola para se tornar um oficial, como na época em que confrontou o então imperador d. Pedro II que estava de visita na Escola Naval.<sup>164</sup>

Levando em conta tal bibliografia sobre *Bom Crioulo*, o que se constata é que parte do argumento de Brito Broca vai ao encontro com um dos pressupostos deste trabalho: *Bom*

---

<sup>158</sup> MENDES, Leonardo. Naturalismo com aspas: ‘Bom-Crioulo’, de Adolfo Caminha, a homossexualidade e os desafios da criação literária. *Gragoatá*, [s.l.], v. 8, n. 14, 2004, p. 37.

<sup>159</sup> ALÓS, Anselmo Peres. Corpo e gênero no romance oitocentista brasileiro: uma leitura de Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha. Terra roxa e outras terras – *Revista de Estudos Literários*, Vol. 15, 2009, p. 20.

<sup>160</sup> Idem, *Ibidem*, p. 22.

<sup>161</sup> Idem, *Ibidem*, p. 22-4.

<sup>162</sup> BEZERRA, Carlos Eduardo. Literatura e compromisso social na obra de Adolfo Caminha. *Revista Cerrados*, vol. 18, n. 28, 2009, p. 241-265.

<sup>163</sup> Idem, *Ibidem*, p. 256-9.

<sup>164</sup> Idem, *Ibidem*, p. 259-63.

*Crioulo* é muito mais que uma história sobre o relacionamento entre dois homens.<sup>165</sup> Contudo, Adolfo Caminha não "transpôs" a sua experiência histórica como Broca argumenta. Com esta pesquisa, entende-se que o autor se posicionou acerca destas vivências, mas não fez uma simples transposição da realidade para a ficção. O que ele fez, entre outras coisas, foi construir uma interpretação crítica acerca do cotidiano na Marinha, que ele presenciou enquanto ex-membro da organização, leitor de periódicos, como a *Gazeta de Notícias*, e se inseriu em debates prévios sobre o assunto com o conto perdido "A Chibata" e *No País dos Ianques*.

Mendes traz argumentos interessantes acerca de como o romance trata de forma ambígua a homossexualidade de seu protagonista e a presença do gótico na obra anulando o naturalismo. Todavia, este procedimento de analisar a obra por si mesma vai na direção contrária da perspectiva aqui objetivada: a de extrapolar as páginas da obra e cotejá-la com outras fontes, como a imprensa no primeiro capítulo e em diálogo com a historiografia do período quando foi produzida.

Alós traz uma perspectiva que dialoga com demandas dos tempos atuais quando estudos feministas e da sexualidade entram em cena no meio acadêmico graças às mulheres e à comunidade LGBT que demandaram por voz, direitos e representatividade nas últimas décadas. Tais demandas são importantes, mas não se pretende aqui aplicar teorias gerais acerca de sexualidade e gênero ao analisar *Bom Crioulo* e outros escritos do autor. O que se busca é compreender o autor em diálogo com seu tempo e sociedade e seus escritos em prol de não cair em uma interpretação anacrônica.

No fim das contas, este capítulo é importante, pois, considerando a bibliografia lida até então, pode ajudar a entender um pouco mais sobre os posicionamentos de Adolfo Caminha acerca do cotidiano da Marinha para além dele ser contra a chibata e ser um homem abolicionista. Nesse sentido, objetiva-se focar na interpretação crítica construída pelo escritor em dois meios distintos, um relato de viagem e um romance, acerca do trabalho marcado pela violência na instituição militar em questão.

### 3.1. *No País dos Ianques* e *Bom Crioulo*: uma interpretação crítica do cotidiano de trabalho violento na Marinha brasileira

Em *No País dos Ianques*, o cotidiano de trabalho dos marinheiros, para além das citações da violência ligadas ao comando de Saldanha da Gama, se faz presente. Ao chegarem próximo à Nova Orleans, os membros de baixa-patente passaram a noite fazendo diversos serviços no

---

<sup>165</sup> Brito Broca, op. cit., p. 195.

navio antes que fossem recebidos pela população, imprensa e diplomatas: "durante quase toda à noite a guarnição ocupava-se em colher cabos, esfregar a amurada e baldear o costado."<sup>166</sup> Em *Bom Crioulo*, depois de um dia de trabalho marcado pela violência disciplinadora à espreita e pelo trabalho exaustivo, como na cena anterior do relato de viagem, o mesmo autor narra, em uma cena, rodas de conversas entre marinheiros durante a noite com eles cantando cantigas populares, dançando e fumando em prol de passarem o tempo. Um oficial secundário na história que presencia o momento deixa que eles continuem com esta interação em prol de se distraírem do serviço pesado. Ou seja,

aquelas cantigas assim rudes, assim improvisadas, quase sem metro e sem rima, tinham, contudo, o sabor penetrante de frutos natais e o misterioso encanto de confissões ingênuas... Fazia bem ouvi-las, como que o coração dilatava-se numa hipertrofia de saudade terna e consoladora. Deixá-los cantar, os pobres marinheiros, *deixá-los esquecer a vida incerta que levam*, - deixá-los cantar!...<sup>167</sup> (grifos meus)

Na trama, o narrador dá a entender que, no universo daquela história, aqueles momentos eram comuns, pois Amaro “*estava cansado de ouvir cantigas: fora-se o tempo em que também gostava de fazer seu pé de alferes, dançando o baião, fazendo rir a rapaziada*”.<sup>168</sup> É um ponto importante para se comparar, pois, se no relato, as vivências dos marinheiros é resumida a trabalhar e a ser vítima em potencial de castigos com o comandante, o autor, por meio da obra ficcional, vai além: a marinhagem também tem os seus momentos de lazer.

Em terra, depois de uma longa viagem com a Marinha no romance, vemos o cotidiano de Aleixo e Amaro no sobrado da personagem Carolina após a embarcação na qual eles trabalham estar parada no Rio de Janeiro por tempo indeterminado. Eles ainda tinham que comparecer ao trabalho, mas possuíam a permissão pelo comandante, conforme trabalhassem arduamente, de obterem licença para irem à terra e, conseqüentemente, irem ao quarto que Amaro tinha alugado naquele momento.<sup>169</sup>

Por meio do relato de viagem focando em narrar as suas próprias experiências pessoais em direção aos EUA com a Marinha, Adolfo Caminha, ao comentar sobre os marinheiros, enfoca na questão do trabalho proativo deles – em razão da violência disciplinadora praticada em ordem do comandante Saldanha da Gama, como visto no capítulo anterior. Por outro lado, no romance, o autor explora melhor esse dia a dia das embarcações, em situações diversas daquelas de uma viagem no exterior. Tirando a questão do trabalho e dos castigos, os marinheiros possuíam, na história ficcional, momentos de lazer compartilhados com os seus

---

<sup>166</sup> Adolfo Caminha, 1894, p. 59.

<sup>167</sup> Adolfo Caminha, 2014, p. 105.

<sup>168</sup> (grifos meus) Ibidem, p.106.

<sup>169</sup> Idem, Ibidem, cf. capítulo número 5

iguais na hierarquia tanto dentro da embarcação após a rotina de obrigações acabar, tanto em terra firme quando os navios estavam parados à costa. E eles, após cumprirem suas funções e não se meterem em conflitos, podiam ter certa liberdade, como é o caso de Amaro e Aleixo que decidem aproveitar a cidade do Rio de Janeiro juntos. Isto é, o cotidiano dos personagens marinheiros nesse universo construído pelo escritor não se resumia ao trabalho exercido no espaço recluso da embarcação. Ou, em outras palavras, na obra ficcional, Adolfo Caminha se permitiu tematizar outras nuances do cotidiano das embarcações do que fizeram no relato de viagem, onde priorizaram as ações e atividades do oficialato e suas funções públicas.

No relato de viagem, ao guiar os aspirantes ao oficialato por Nova York, o comandante "ilustrado" e "curioso" Saldanha da Gama é descrito enquanto alguém que agregava para que a viagem pela cidade fosse o mais proveitosa possível. Isso aconteceu por ele ter conhecimentos para além daqueles provenientes do meio militar. Isto é, Saldanha da Gama, segundo Caminha, era mais que um agressor de marinheiros:

Quando se tem a felicidade relativa de viajar sob o comando de um oficial ilustrado e curioso como o Sr. Saldanha da Gama, cujos conhecimentos não se restringem à navegação é à artilharia, o aproveitamento é certo. *Ele não é somente um superior hierárquico — faz-se mestre e sabe proporcionar aos seus subalternos a maior soma possível de excursões úteis e proveitosas.*<sup>170</sup>

Os comandantes no romance *Bom Crioulo*, contudo, para além de disciplinarem ou de serem bons guias turísticos, são resumidos enquanto homens que se envolviam com outros homens: ao comentar sobre o comandante de um navio, Amaro se lembra de que ele tinha a fama de ser um “pederasta”<sup>171</sup>. E esse mesmo militar é citado mais de uma vez no decorrer da história, chegando a interagir diretamente com o protagonista, como veremos. Ao falar da sexualidade do oficial, Amaro a chama de “vício”, apesar do próprio protagonista sentir desejo por homens.<sup>172</sup> Vemos uma complexificação da figura do comandante que, poderia ser violento como Saldanha da Gama no relato, mas era alguém com comportamentos tidos como imorais naquele contexto.

Amaro, ao desejar sexualmente Aleixo, busca se justificar consigo mesmo, afirmando que a sua atração por alguém do mesmo sexo não era algo incomum, pois ali mesmo no navio em que estava havia pessoas se envolvendo com outras de mesmo sexo, chegando a citar novamente o oficial comandante “de quem se dizia coisas”, comentando anteriormente.<sup>173</sup>

---

<sup>170</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 136-137.

<sup>171</sup> “Pederasta, m. indivíduo que tem o vício da pederastia. [...] Pederastia, f. vício contra a natureza, ou amor repugnante de um homem a um rapaz ou a outro homem.” (grifos meus) Cf. FIGUEREIDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão. 1899, vol. 2, p. 280.

<sup>172</sup> Adolfo Caminha, 1894, p. 89.

<sup>173</sup> Adolfo Caminha, 2014, p. 114.

Mais para o fim do romance, conhecemos o comandante “pederasta” de quem Amaro comentava desde o início da narrativa. Reforça-se mais uma vez que o oficial era conhecido, por *Bom Crioulo* e outros marinheiros, enquanto alguém sem interesse por mulheres, mas, sim, por jovens marinheiros. E, para além da reputação de homem “pederasta”, segundo a descrição do narrador, ele, com seu “porte” de nobre e por ser disciplinador, era um modelo a ser seguido pelos oficiais.<sup>174</sup>

Também mais para o final da história, ao estar hospitalizado e permanecer obcecado pelo personagem de Aleixo, Amaro sente inicialmente sentimentos mistos e considera que o seu alvo de interesse esteja se envolvendo com outro membro da Marinha, mas seria dessa vez com um de “primeira-classe”, isto é, um oficial. Fazendo reforçar que devido esta e as citações anteriores de casos de homossexualidade nas embarcações, como no caso do oficial “de quem se diziam coisas”, que Caminha não quis tratar Amaro enquanto um caso isolado de homossexuais no ambiente militar.<sup>175</sup>

O comandante do relato de Adolfo Caminha é um homem que, apesar da violência praticada contra marinheiros, é destacado em outro momento da narrativa enquanto alguém em que se pode confiar para proporcionar uma boa viagem àqueles “subalternos” do oficialato e seus aspirantes. O que não se pode dizer o mesmo do tratamento dado aos marinheiros, segundo o autor, como visto. No entanto, ao escrever o seu romance, o destaque dado pelo escritor, ao comandante se dá mais pela questão da homoafetividade do que pelas excessivas e violentas práticas disciplinadoras. Essas supostas relações, já que não há nenhuma cena mostrando isso de forma explícita, se dariam com ele e outros membros da Marinha mais jovens. Esses boatos são citados no decorrer do romance enquanto vemos o desenrolar concreto de uma relação entre dois homens marinheiros, Amaro e Aleixo. Isto é, fosse entre membros como um comandante, fosse entre aqueles de baixa-patente, na análise crítica feita no universo construído por Caminha após anos de experiência na Marinha, homens se envolviam com outros homens e isso não seria algo específico de apenas um grupo hierárquico da instituição.

No início do romance é mostrado que era frequente, naquele mundo construído, encontrar oficiais que faziam uso da violência disciplinadora, pois ao falar sobre aqueles que não a utilizavam, o narrador reforçava o fato, como se isso fosse algo extraordinário. Assim, o autor estabelece um contraponto entre o comandante e o imediato do primeiro navio no qual Amaro embarcou, estes enquanto moderados e incomuns, e aquele comandante do navio no

---

<sup>174</sup> “[o comandante] com o seu belo porte de fidalgo, manso às vezes, disciplinador intransigente, modelo dos oficiais.” Cf. *Ibidem*, p. 161.

<sup>175</sup> Cf. capítulos 2, 4 e 8 em Adolfo Caminha, 2014.

qual o protagonista levou a primeira correção em sua vida enquanto alguém bastante rígido e com uma prática comum.<sup>176</sup>

Antes de receber a sua primeira punição física, o personagem Amaro era conhecido como “Bom Crioulo” devido ao seu comportamento proativo e submisso. No entanto, após a primeira advertência verbal recebida, isso despertou o personagem de sua submissão costumeira. Após se sentir humilhado, o protagonista refletiu que não precisava se esforçar muito ali para ganhar o seu salário, bastava fazer o seu trabalho, sem se submeter a tudo.<sup>177</sup> Ele só voltaria a ser submisso quando queria conseguir a permissão dos oficiais para sair da embarcação e ir em terra firme. Em certo momento, Amaro estava trabalhando arduamente e de forma submissa na embarcação em prol de que a sua permissão para ir a terra não lhe fosse negada. Então, dessa vez não o próprio personagem, mas um oficial tenente, diz que o seu comportamento prestativo era algo temporário e logo ele iria se tornar insubordinado, pois tinha “sangue africano”.<sup>178</sup>

No romance, ao acompanharmos a perspectiva de um marinheiro, Amaro, o escritor Caminha discorre sobre o fato de que não só as punições físicas eram um empecilho para os marinheiros, mas, segundo ele, a própria advertência verbal também era um desagrado. Isso fez com que um membro de baixa-patente, antes tão prestativo, passasse a fazer o mínimo em seu cotidiano de trabalho, tirando os momentos em que entendia que era preciso agradar para conseguir o que queria, como a permissão de sair do navio. Além disso, ao trazer mais de um comandante na história ficcional, pôde-se fazer uma comparação entre dois tipos: o comum, que seria aquele bastante disciplinador, como o próprio Saldanha da Gama no relato de viagem, na percepção de Caminha, e o incomum, aquele que era mais moderado.

Durante e após uma tempestade, em *Bom Crioulo*, vemos um contraste entre as funções exercidas entre os marinheiros e os oficiais na narrativa. Enquanto os do topo da hierarquia militar dão ordens em meio à turbulência, os de baixa patente realizam o trabalho duro. O momento em que isso fica mais explícito é quando, após a grande chuva, os marinheiros ficam na parte debaixo da embarcação “baldeando” e limpando o convés, enquanto que os oficiais assistem tudo em um compartimento superior. Assim: “Marinheiros vassoiravam o convés, enquanto outros iam passando o lambaz onde já não havia água. De cima, da tolda, ouvia-se a

---

<sup>176</sup> Naquele momento, o personagem Amaro recebeu uma correção verbal, mas foi o suficiente para na época despertar a “insubmissão” do personagem frente à disciplina militar e aos oficiais. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 94.

<sup>177</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>178</sup> “Isso é coisa passageira, insinuava o tenente Souza. Breve temo-lo aqui, bêbado e medonho. Sempre o conheci refratário a toda norma de viver. Hoje manso como um cordeiro, amanhã tempestuoso como uma fera. *Coisas do caráter africano...*” (grifos meus) cf. Idem, *Ibidem*, p. 126.

voz dos oficiais conversando na bateria, sentados por ali numa desordem grotesca, fumando, rindo...”<sup>179</sup> Isto é, na embarcação de Amaro, havia aqueles que davam ordens e aqueles que as recebiam segundo o narrador.

Em outro momento do romance, após a mudança de Amaro para uma nova embarcação, segundo o que diz o personagem Aleixo para si mesmo e para Carolina, o protagonista teve seu cotidiano modificado após a mudança, sem a sua vontade, da “coverta” ao “couraçado” na Marinha, em que o “imediate” fazia uso de ameaças e da violência disciplinadora para manter a rotina de trabalho em andamento.<sup>180</sup> Ao acompanharmos a perspectiva de Amaro nesse “couraçado” vemos que, por ter a sua liberdade restringida, podendo ir a terra apenas uma vez por mês, ele não se sentia livre.<sup>181</sup> A razão de ter o seu ir e vir limitado era fruto da precaução dos oficiais da embarcação que, tendo recebido um aviso sobre a reputação do personagem, decidiram limitar o seu acesso ao álcool disponível em terra firme.<sup>182</sup> O protagonista, por consequência, resolveu negociar pacificamente uma licença com o “imediate” da embarcação, que o trata com indiferença e nega seu pedido. Então ele decide enganar os seus oficiais ao tomar uma tarefa para si que envolvia a ida a terra e deserta da Marinha.

Mais para frente na narrativa, mais um desertou, ressurgirá na trama o personagem Santana, que havia sido uma das vítimas do açoite no primeiro capítulo. Um outro secundário, chamado Herculano, justifica que a fuga se deu pelo fato de o homem ser uma vítima constante dos açoites. Isto é, ao contrário da violência disciplinadora ter efeito de mantê-lo trabalhando e fiel à instituição, o contrário ocorreu.<sup>183</sup> Assim como foi com Amaro, que ao levar a sua primeira punição verbal, citada anteriormente, desiste do “bom” comportamento ou da pura submissão.

Ao contrário do relato de viagem, em que não há referência a deserções de marinheiros, Adolfo Caminha pôde, como visto, explorar dois casos de desistência do trabalho. O primeiro deles por meio de Amaro, que foge por não sentir que a sua liberdade era respeitada no serviço (não somente devido à violência em si, mas também ao excesso de trabalho e sua opinião não

---

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>180</sup> “Bom Crioulo não tinha ido a terra, como prometera. – Exigências do serviço, pensou. No couraçado a disciplina era outra; o imediate, homem feroz, só falavam em chibata e golilha. [Aleixo] estava muito satisfeito na sua corveta assim mesmo velha e triste...” Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 135.

<sup>181</sup> “Bom Crioulo não estava satisfeito no couraçado, naquela formidável prisão de aço, que lhe consumia o tempo, e cuja disciplina – um horror de trabalho – privava-o de ir à terra hoje sim amanhã não, como nos outros navios. Ah! Mil vezes a coverta, mil vezes! Ao menos tinha-se liberdade. [...] vivendo no meio de toda uma gente desconhecida e sem amor. [...] Enchia-se de ódio contra os superiores: – Uma cáfila! Todos a mesma cousa; faziam do pobre marinheiro um burro... Ninguém os entendia. – Revoltava-se principalmente contra Quartel-General que o mandara passar da coverta para o couraçado.” Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 147.

<sup>182</sup> Sobre o ir e vir restringido cf. *Idem*, *Ibidem*, pp. 147-148.

<sup>183</sup> “– O Santana, esse desertou, foi-se embora, foi-se embora, ninguém sabe para onde. Também, coitado! Apanhava que nem boi ladrão. Era um pobre-diabo...” Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 200.

ser considerada, como no caso da transferência) e o Santana que, como sugere Herculano, desertou devido à violência disciplinadora pela qual era uma vítima frequente.

Pensando na questão racial e física, o personagem de Amaro, um homem negro, devido ao seu corpo, era endeusado ou temido dependendo dos comportamentos que tinha: era visto enquanto um “monstro” quando vivia fugindo<sup>184</sup>; admirado quando era submisso/empenhado<sup>185</sup> e temido novamente ao deixar de lado a prestatividade de outrora na instituição<sup>186</sup>. E, no caso de sua insubmissão e conflitos nos quais ele se envolveu com seus companheiros, esse confronto às regras de convivência e de trabalho estava ligada, segundo o narrador, ao consumo de álcool e o desejo por proteger ou ter Aleixo perto de si.<sup>187</sup>

Quanto à questão do trabalho exaustivo, no romance, vemos os marinheiros do navio no qual Amaro e Aleixo trabalham voltarem ao Rio de Janeiro após uma viagem de seis meses. Todos estavam ansiosos para saírem logo da embarcação, incluindo Amaro, após o longo tempo fora. Mas eles foram impedidos de ter a licença para irem à terra, pois precisavam realizar determinados serviços no navio, como a limpeza do local. Assim, ao trabalharem duramente durante o dia, um Amaro exausto reflete sobre a sua condição de marinheiro ao afirmar que se sentia um escravo fosse durante a época da “fazenda” (fazendo menção ao período no qual ele ainda era oficialmente um escravo), fosse enquanto parte da Marinha. Assim,

Diabo de vida sem descanso! O tempo era pouco para um desgraçado cumprir todas as ordens. E não as cumprisse! Golilha com ele, quando não era metido em ferros... Ah! Vida, vida!... Escravo na fazenda, escravo a bordo, escravo em toda parte... E chamava-se a isso de servir à pátria!<sup>188</sup>

Ainda no romance, acompanhamos o cotidiano de trabalho dos marinheiros (e operários) no conserto e limpeza do navio enquanto este estava ancorado no Rio. É descrito que a limpeza e conserto interior da embarcação de Amaro e Aleixo fazia com que ambos os grupos de trabalhadores fossem expostos a gases tóxicos e vítimas de problemas pulmonares. O detalhe é que mesmo tendo essa rotina problemática, os marinheiros teriam permissão para irem à terra, já que a embarcação estava parada na região. Fazendo uso dessa liberdade e tendo consciência de que apenas com a submissão trabalhista os marinheiros receberiam licenças, Amaro começa a tentar agradar os seus supervisores oficiais em prol de conseguir ir regularmente ao sobrado de Coralina e passar tempo com ela e, principalmente, Aleixo. Passa-se um ano e os personagens podem aproveitar a vida em relativa harmonia. Até que Amaro recebe uma

---

<sup>184</sup> Idem, *Ibidem*, p. 83.

<sup>185</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 89-89.

<sup>186</sup> Idem, *Ibidem*, p. 90.

<sup>187</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>188</sup> Idem, *Ibidem*, p. 115.

convocação para que trabalhasse em outra embarcação, essa mais moderna. O efeito disso é a incerteza de poder continuar indo ao sobrado da personagem Carolina ver Aleixo, além de uma rotina mais dura devido à tecnologia do novo navio, ambas as questões ponderadas pelo Amaro.<sup>189</sup>

Assim, o “bom crioulo”, ao não ter a sua opinião levada em conta no serviço e consequentemente ser transferido, compara mais uma vez o serviço realizado ali com aquele feito anteriormente na “fazenda” enquanto escravo: “a gente não tinha remédio senão obedecer calado, porque marinheiro e negro cativo, afinal de contas, vêm a ser a mesma coisa”.<sup>190</sup> E também justifica o “relaxamento” de um marinheiro devido à falta de consideração como esta.

Em *No País dos Ianques*, ao falar dos marinheiros presentes no Cruzador Barroso, Caminha caracteriza-os enquanto disciplinados no trabalho realizado e associa este comportamento ao Comandante Saldanha da Gama, pois os marinheiros que trabalhavam para ele tinham a reputação de serem obedientes:

A guarnição do Almirante Barroso, disciplinada e obediente como todas as que serviam sob as ordens do comandante Saldanha, primava pelo asseio, pela ordem, pela destreza e pela atividade. *Não se lhe pode fazer maior elogio*. Cada marinheiro era como uma máquina pronta sempre ao menor impulso.<sup>191</sup>

No relato de viagem, os marinheiros são obedientes e trabalhadores, sendo comparados com “máquinas”, mas isso não ocorria de bom grado: era devido ao poder coercitivo de Saldanha da Gama. Por meio do romance, contudo, Adolfo Caminha nuança e torna complexo o cotidiano de trabalho, na percepção dele, na Marinha brasileira. O personagem Amaro, por exemplo, em prol de conseguir a permissão para ir em terra firme, começa a ser bastante prestativo, como dito, em seu serviço em prol de não ser visto como um problema e, dessa forma, evitar a punição. Os castigos físicos ainda seriam um mal presente e possível, como se vê nos momentos em que o protagonista deixa de lado essa submissão forçada, mas ele ainda a usa a submissão a seu favor para conseguir o que quer: a liberdade, mesmo que provisória, em terra firme ao lado de seu alvo de interesse, Aleixo.

Em relação à violência disciplinadora na Marinha, no romance, após uma fuga, Amaro, vai para o sobrado da personagem Carolina e é logo repreendido pela dona do local, que o avisa sobre as consequências que sua deserção poderia gerar caso fosse encontrado pela Marinha:

- Então que foi isso hoje? perguntou a portuguesa...
- Eu que fugi, disse o marinheiro naturalmente, abrindo os braços num bocejo. Vim no escaler das compras e aqui estou sem licença.
- Que loucura, filho! *São capazes de mandar-te prender...*

---

<sup>189</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 133-4.

<sup>190</sup> Idem, *Ibidem*, p. 134.

<sup>191</sup> (grifos meus) Idem, 1894, p. 48.

– ... que os pariu! *Não sou escravo de ninguém*. Fujo quantas vezes quiser; ninguém me proíbe...  
– Modera-te, rapaz. É preciso ir com jeito...  
– Qual jeito, qual nada, minha senhora! Depois que estou naquele navio ainda não tive descanso. Isso também é demais.  
[...] – Cuidado! Olha algum oficial...<sup>192</sup> (grifos meus)

Depois da repreensão feita por Carolina, o marinheiro decide sair para beber. Já alcoolizado e reafirmando a sua liberdade, ele se envolve em uma confusão com um homem português aleatório, aparentemente um homem que realiza serviços ligados ao mar. Ao chamar a atenção de quem estava perto da confusão, o protagonista acaba cometendo o erro de apontar uma arma fria não somente ao português, mas também a um oficial da Marinha que foi ali com marinheiros para levá-lo embora. Em seguida, ele é levado à embarcação que tinha fugido.<sup>193</sup>

Sofrendo as punições após a deserção, Amaro é colocado durante a noite em um ambiente pequeno (uma “solitária”), tendo suas mãos e pés acorrentados, a boca amordaçada e é acordado no outro dia e é levado para o seu castigo público ainda sem ter se alimentado. Antes da punição, Amaro se vê enquanto uma pessoa abandonada no mundo. E reforça que a razão de ter se embriagado após tanto tempo era a sua infelicidade devido a perda da vida estável que tinha com Aleixo.<sup>194</sup> Logo, durante o ato disciplinador, o comandante conhecido por ser “pederasta” reforça que “desobediência, embriaguez e pederastia são crimes de primeira ordem”.<sup>195</sup> Assim, o protagonista é vítima da chibata em frente aos integrantes do navio. Por outro lado, diferente do primeiro capítulo, em que ele leva 150 chibatadas e não se machuca gravemente, agora Amaro é duramente ferido e levado a um hospital da Marinha meio inconsciente. A reação do médico do navio, do comandante e do resto dos marinheiros é de indiferença, como no primeiro capítulo.<sup>196</sup>

No relato de viagem, ao falar da violência disciplinadora, Caminha explica o porquê da marinhagem, esta que ele comparou com “máquinas” anteriormente, ser tão prestativa: a prepotência e arbítrio de Saldanha da Gama quando se trata de castigá-la. E, aproveitando a deixa, o autor destaca ser contra o castigo da chibata por entender que este mais atrapalha que ajuda. Para que o seu leitor possa entender tal violência, ele cita a obra de Júlio Ribeiro, *A Carne*. Assim, ele diz ter sempre se manifestado

contra esse bárbaro castigo que avilta e corrompe em vez de corrigir. Um castigo de chibata é a coisa mais revoltante que já tenho visto, mormente quando é mandado

---

<sup>192</sup> Idem, 2014, pp. 151–2.

<sup>193</sup> Idem, Ibidem, p. 160.

<sup>194</sup> Idem, Ibidem, p. 163.

<sup>195</sup> Idem, Ibidem, p. 163.

<sup>196</sup> Idem, Ibidem, p. 164.

aplicar por autoridade desumana, sem noções do legítimo direito que a cada homem assiste, quem quer que ele seja, soldado ou pária.<sup>197</sup>

Quem é Saldanha da Gama aos olhos de Caminha? É um comandante "ilustre", mas que, em compensação, é "prepotente" e por mais que os Artigos de Guerra permitissem-lhe castigar fisicamente os marinheiros "indisciplinados", ele regularmente ultrapassava o limite de 25 de chibatadas, chegando ir até 2 centenas destas.<sup>198</sup>

Entre o relato de viagem e o romance, o comandante disciplinador de ambos faz uso da violência para além do permitido em prol de castigar os seus subalternos. Em nenhum o autor traz algum remorso, pena ou comoção com o ato sentido pelo mandante do castigo. No entanto, durante a história ficcional, ele vai além: o que comanda, além da falta de empatia, também é caracterizado como alguém hipócrita. Pois, ao castigar Amaro, traz, entre outras justificativas para o açoite, a "pederastia". Esta que o próprio comandante da ficção era bastante conhecido por praticar e o narrador faz questão de trazer em mais de um ponto na narrativa, como visto anteriormente.

---

<sup>197</sup> Idem, 1894, p. 48.

<sup>198</sup> Idem, Ibidem, pp. 53-4.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de participação de Adolfo Caminha na Marinha, desde a época da viagem aos Estados Unidos até o seu desligamento formal (1886–1891), a questão da violência institucionalizada, que ia de chibata até palmatória e à prisão solitária, na Marinha brasileira não ficou reclusa aos espaços formais da instituição. A imprensa brasileira, mais especificamente a *Gazeta de Notícias* e outros periódicos que dialogaram com esse, como aqui estudado no primeiro capítulo, noticiou o fato por meio de artigos diversos.

Essas práticas de castigos físicos, que visavam disciplinar a marinhagem eram apoiadas pela legislação militar de então, os Artigos de Guerra. O artigo 80 era aquele utilizado para justificar as violências com a chibata, que supostamente não deveriam ultrapassar o número de 25 golpes diários. Apesar disso, abusos passaram a ser criticados e percebidos não só pela imprensa, quanto pelos próprios membros superiores da instituição. Visando contornar a situação, surgiu o decreto de n.º 8898, de 3 março de 1883 que explicitava melhor o que deveria ser punido e exatamente como isso ocorreria.

Como discutido no primeiro capítulo, o contexto da viagem aos Estados Unidos estava marcado pelas discussões que poriam fim ao fim à pena de açoites aos escravizados tidos como culpados de crimes pela Justiça. No horizonte político, os castigos físicos ganhavam o centro do debate parlamentar e na imprensa. Apesar dessas discussões terem trazido para debate a questão de encerrar a violência disciplinadora na Marinha também, e não só pela Justiça aos escravizados condenados, isso não foi para frente e tais punições permaneceram legais até o seu fim legal que durou meses com o advento da república com um decreto, e não um projeto de lei discutido e aprovado, o de n.º 3, de 16 de novembro de 1889. Em abril do próximo ano, por outro lado, com mais um decreto, o de n.º 328, de 12 de abril de 1890, a violência voltou a ser institucionalizada sob a justificativa de assegurar os oficiais e disciplinar os marinheiros.

Em meio a esse contexto, Saldanha da Gama, como investigado no capítulo 2, não teve problemas em assumir para os seus pares militares na *Revista Marítima Brasileira* acerca da violência praticada contra os seus membros de baixa-patente. Essa questão, no entanto, não passou despercebida das críticas de Adolfo Caminha, anos depois, em seu relato sobre a mesma viagem em *No País dos Ianques* publicado a um público geral em que, entre outras coisas, o seu autor buscou fazer uma crítica dessa disciplinarização. Em ambos, como dissertado no capítulo 2, vemos perspectivas sobre esse cotidiano de trabalho marcado pela violência na Marinha brasileira. No entanto, um usara seu relatório para fazer a apologia dos castigos em prol de manter o controle da embarcação em relação a marinhagem e o outro para criticá-la.

Adolfo Caminha voltou ao tema das relações de trabalho e da violência institucional na Marinha brasileira em 1895 com seu livro *Bom Crioulo*, no entanto, o seu objeto foram pessoas inventadas e não mais as existentes, como o próprio e o Saldanha da Gama no relato de viagem supracitado. Por meio do romance, o escritor pôde trabalhar, sob a sua perspectiva, as vivências de membros de baixa patente da organização militar com diferentes características, tanto raciais quanto as de idade e personalidade por meio de, entre outros, os personagens Amaro e Aleixo. Isso, como dissertado no capítulo 3, pôde complexificar a visão do autor acerca desse cotidiano acerca de quem mandava aplicar o castigo, os comandantes, e quem os recebia, os marinheiros. Para além de um mero controle, os responsáveis pela aplicação, para Caminha na obra, eram hipócritas em sua aplicação. Por outro lado, os marinheiros da história se valeram de artifícios para escaparem dessas punições físicas, como, por exemplo, através de agradados aos oficiais.

Para uma pesquisa futura, seria interessante investigar melhor o contexto de escrita e publicação de *Bom Crioulo* em que a Revolta da Armada ocorria no Rio de Janeiro. Isso se sustenta pelo fato de que o Saldanha da Gama foi um de seus líderes e todo esse conflito, assim como os seus envolvidos não passaram despercebidos pela imprensa. Ficam os questionamentos, como os jornais cariocas compreenderam essa revolta e falaram sobre a Marinha e o oficial Saldanha da Gama? Podem esses acontecimentos terem influenciado na escrita do romance? Como dialogam, imprensa e literatura nesse aspecto? Além disso, podem ajudar a compreender a possibilidade de Adolfo Caminha publicar denúncias contra um comandante da Marinha, o Saldanha da Gama, acerca dos castigos físicos sem esconder o nome do oficial?

Outra lacuna interessante de se pesquisar eventualmente é a participação de mais oficiais na *Revista Marítima Brasileira*, no contexto de 1886 a 1895, discutindo a violência institucionalizada, o porquê de mantê-la, controlá-la ou encerrá-la em diálogo com os escritos de Adolfo Caminha, *No País dos Ianques* e *Bom Crioulo*, e Saldanha da Gama em outros textos para além do relatório estudado no capítulo 2.

Por enquanto, através dessa monografia, foi possível constatar uma realidade mais complexa na qual sujeitos ligados à Marinha refletiram sobre o cotidiano de trabalho marcado pela violência na instituição. Se por um lado temos oficiais assumindo e justificando essas punições a seus pares, mesmo quando estavam infringindo a legislação militar de então, como no caso de Saldanha da Gama, também tivemos sujeitos como Adolfo Caminha e os redatores de, como visto na *Gazeta de Notícias*, a questionando durante aquele contexto.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

CAMINHA, Adolfo. *Bom Crioulo*. Cotia: São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. *No País dos Ianques*. Livraria Moderna, Rio de Janeiro, 1894.

GAMA, Saldanha da. Excertos dos anexos ao relatório. In: *Revista Maritima Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Comp. Ano 8, vol. 15, ns. 1 a 3, 1888, pp. 87–207.

OLIVEIRA, Vidal. Escolas de Aprendizes Marinheiros. In: *Revista Maritima Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Comp. Ano 8, vol. 15, ns. 1 a 3, 1888, pp. 308–12.

PESSOA, Sabino Elói. *Revista Maritima Brasileira*. In: *Revista Maritima Brasileira*. Rio de Janeiro: Lombaerts e C. Ano n. 1, vol. 1, 1881, pp. 5–9.

### Bibliografia

ALÓS, Anselmo Peres. Corpo e gênero no romance oitocentista brasileiro: uma leitura de Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha. Terra roxa e outras terras – *Revista de Estudos Literários*, Vol. 15, 2009.

ARIAS NETO, José Miguel. *Revista Maritima Brasileira: 1851-1855 - A Liberdade de Pensamento na Marinha Imperial e o Projeto de Nação no século XIX*. In: *Revista Brasileira de História Militar*, v. 8, 2012.

\_\_\_\_\_. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910*. Tese. (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2001.

AZEVEDO, Sânzio de. *Adolfo Caminha: vida e obra*. Fortaleza: EUFC. 1999.

BEZERRA, Carlos Eduardo. Literatura e compromisso social na obra de Adolfo Caminha. *Revista Cerrados*, vol. 18, n. 28, 2009.

BROCA, Brito. Bom-crioulo. In: BROCA, Brito. *Horas de leitura: 1ª e 2ª séries*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

HOWES, Robert. Raça e sexualidade transgressiva em Bom-Crioulo de Adolfo Caminha. *Graphos. Revista de Pós-Graduação em Letras*. João Pessoa: UFP, vol. 7, n. 2/1,

MENDES, Leonardo. As ruínas da homossexualidade: o gótico em Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha. *LusoBrazilian Review*, Madison, University of Wisconsin (EUA), vol. 41, n. 1, p. 56-70, 2004.

MENDES, Leonardo. Naturalismo com aspas: ‘Bom-Crioulo’, de Adolfo Caminha, a homossexualidade e os desafios da criação literária. *Gragoatá*, [s.l.], v. 8, n. 14, 2004.

FIGUEREIDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão. 1899, vol. 2.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: MAUAD X; FAPERJ, 2008.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. O castigo senhorial e a abolição da pena de açoites no Brasil: justiça, imprensa e política no século XIX. *Revista de História da USP*, n. 176, 2017.